

Carlos Francisco defende cautela nas privatizações

Economista alerta para a necessidade de adoptar políticas de *compliance* antes de vender empresas. **P14**



Brunch with... Fátima Almeida

Fundadora do BAYQI explica o 'segredo' do sucesso da plataforma de e-commerce lançada em 2016. **P28**



Sete artistas revisitam as mostras de 2017

Galeria Tamar Golan arranca 2018 com exposição retrospectiva do ano passado. **P22**



Mercado

WWW.MERCADO.CO.AO

FINANCE AND ECONOMY

19.01

Director: **Aylton Melo**
Sexta-feira 19 de Janeiro de 2018

Ano **3** Número **138**
Periodicidade: **Semanal**
Preço: **500 Kz**

ENERGIA, ÁGUA E TRANSPORTES

Subsídios às empresas sob escrutínio

Empresas que recebem subsídios a preços têm de mostrar à equipa económica do Governo o que vendem e a quem. Executivo quer perceber quem precisa mesmo de apoio estatal. **P34**



Manuel Nunes Júnior
Ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social



Archer Mangueira
Ministro das Finanças



Pedro Luis da Fonseca
Ministro da Economia e Planeamento

MUNDO FINANCEIRO



Petróleo toca os 70 USD/barril **P4**

PERDÃO FISCAL

Saiba tudo sobre o repatriamento de capitais

Juristas ouvidos pelo *Mercado* explicam como funciona o Regime Extraordinário de Regularização Tributária e Cambial proposto recentemente pelo Banco Nacional de Angola. **P16**

FINANCIAMENTO PÚBLICO

Yields das eurobonds angolanas em forte queda, nova emissão a caminho

Os juros das *eurobonds* angolanas, lançadas em 2015, a 9,5%, estão em 6,4%, reflectindo a subida do preço do petróleo e o novo clima político do País. Entretanto, o Governo prepara uma

nova emissão, neste ano, tirando partido do "apetite" que há no mercado sobre estes instrumentos, e para ajudar a aliviar a pressão sobre a dívida de curto prazo, apurou o *Mercado*. **P10**



Fazer Operações Bancárias através do Telemóvel?

ATLANTICO

Valores para vida.

#EuPosso

923 168 168

Visita-nos no Facebook

BANCO HELLINUM ATLANTICO

A semana num minuto

AS DEZ RAZÕES DO SUCESSO DE LOU GERSTNER

“Computadores são ferramentas magníficas para a realização dos nossos sonhos, mas nenhuma máquina pode substituir a faísca do espírito humano, compaixão, amor e compreensão”
Lou Gerstner

Louis V. Gerstner Jr. ficou conhecido por ter tirado a IBM do buraco, evitando assim um desastre financeiro. A sua visão foi decisiva para dar a volta à empresa e torná-la lucrativa outra vez.

Como Lou Gerstner levou a IBM de uma perda de 8 bilhões USD em 1993 para um lucro de 3 bilhões USD em 1994. O salvador da IBM é um dos maiores estrategas empresariais dos nossos tempos.

1 – Valores: “Nós concentramo-nos nos clientes; valorizamos o trabalho em equipa; respeitamos a dignidade da nossa força de trabalho.”

2 – Seja radical. Acabe com a velha cultura corporativa: não tenha receios nem pudores. Se for necessário limpar a casa, faça-o. Gerstner foi radical. Nem o seu irmão foi poupado.

3 – Seja rápido: Não deixe as decisões para amanhã. Pense e execute.

4 – Estabeleça expectativas altas: Não aceite a mediocridade. Gerstner deixava sempre claro que só aceitaria ser no mínimo o segundo melhor. Abaixo disso, nunca.

5 – Ouça os clientes: Eles é que sabem do que precisam. Não somos nós. Esteja atento.

6 – Aprenda com os erros: não o cometa duas vezes. Tropece mas aprenda e renasça mais forte ainda.

7 – Trabalho: Como diria Lou, “A minha visão em todos os domínios é nada dizer e pôr mãos à obra.”

8 – Longevidade da empresa: os planos devem fazer-se a cinco e a dez anos em sucessivo. É errado projectar uma empresa para daqui a 20 anos. O mundo mudou. Nós mudámos, e aquilo que antevíamos, muito provavelmente, não vai acontecer.

9 – Mudar é preciso: a liderança que realmente mantém uma empresa de pé é aquela que permite a mudança contínua. Só assim a podemos manter viva.

10 – Vencedores são recompensados: uma máxima que não se cansava de repetir, olhando para a IBM com orgulho.

Primeiro Plano



Wang Yi
e João Lourenço

Angola e China mais ‘próximas’, dívida fora da agenda

As relações bilaterais entre Angola e a China serão impulsionadas com o acordo de facilitação de vistos em passaportes ordinários assinado no último fim-de-semana, defendeu o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, em visita oficial a Luanda, onde foi recebido pelo Presidente da República, João Lourenço. O acordo vai facilitar a entrada de chineses em Angola e de angolanos na China, e aplica-se a viagens de negócios, ou de intercâmbio académico, cultural, científico ou tratamento médico. O ministro chinês, Wang Yi, garantiu que o país está disponível para reforçar o apoio à diversificação económica de Angola, em função de propostas feitas por Luanda, que a China irá, depois, estudar. Entretanto, ainda de acordo com o governante, o tema do reescalamento da dívida de Angola à China não foi abordado com o Presidente da República.

SÁBADO

13

SIAC – O Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC) vai, em breve, alargar o horário de atendimento, das 15h para as 18h, em regime de turnos, para responder à elevada procura, revelou o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. De acordo com Jesus Maiato, o alargamento do horário passa pela colaboração das instituições, pelo que as equipas deverão trabalhar em regime de turnos para avaliar se esta modalidade será suficiente para atender à procura. O Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criado em 2007 e, desde então, atendeu já cerca de 16,7 milhões de pessoas.

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR Aylton Melo (aylton.melo@mercado.co.ao) | **REDACÇÃO** editorial@mediarumo.co.ao; Tel: +244 222 721 738; +244 222 320 333; Agostinho Rodrigues, André Samuel, Cláudia Simões, Estêvão Martins, Fernanda Mira, Fernando Baxi, Liria Jerusa, Paulo Narigão Reis, Rosimaria Sousa, Vânia Andrade | **FOTOGRAFIA** Walter Fernandes (coordenador), Carlos Graça Muyenga, Njoi Roque Fontes | **DESIGN** Pedro Guedes, Gilson Cássio, Rita Martinho | **PROJECTO GRÁFICO**: +2 Designers | **Impressão** Damer (Angola) **Tiragem** 5 mil exemplares | **DISTRIBUIÇÃO** Tel.:222 320 562, distribuicao@mediarumo.co.ao | **Alvará Comercial** n.º 31 014/10/04/2011 | **Registo no MCS** n.º MCS-760/B/15

DOMINGO

14

Barragem – As obras de reabilitação da barragem hidroeléctrica sobre o Cunje I, Bié, paradas há três anos por falta de verbas, serão retomadas neste ano, garantiu o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges. A barragem, explicou, terá capacidade para produzir 10 megawatts e fornecerá energia eléctrica às vilas e arredores dos municípios de Camacupa e Catabola. O investimento na barragem, estimado em 2,6 mil milhões Kz, irá permitir o surgimento de pequenas indústrias naquelas localidades e impulsionar a produção agrícola, disse o ministro. A obra é financiada pelo Banco Mundial, segundo a Angop.

SEGUNDA

15

Controlo – A Administração Geral Tributária (AGT), com o apoio da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, implementa, a partir de Março, as funcionalidades aéreas do novo sistema de gestão aduaneira, denominado ASYCUDA World (Sistema Automatizado de Processamento de Dados Aduaneiros). Passa a ser obrigatória a adopção do formato Cargo-XML da Associação Internacional de Transportes Aéreos para submissão de manifestos, garantindo que as informações enviadas às autoridades aduaneiras sejam alinhadas com os *standards* e padrões internacionais.



TERÇA

16

Aviação – O acordo de *codeshare* entre a TAAG e a South Africa Airways (SAA) nas rotas de Joanesburgo, Cidade do Cabo, Lusaka, Harare e Hong Kong entrou em vigor no domingo, revelou a Angop. O acordo serve clientes das duas companhias e é operado pela TAAG nos percursos para Joanesburgo e Cidade do Cabo, bem como pela SAA nos outros destinos. O *codeshare*, recorde-se, pretende essencialmente oferecer aos passageiros mais destinos do que determinada transportadora aérea poderia oferecer isoladamente.

QUARTA

17

IPU – A 1.ª fase de pagamento do Imposto Predial Urbano (IPU), em curso desde o início deste mês, acaba dia 31 de Janeiro, revelou a AGT. Se o imóvel for arrendado a pessoas singulares ou particulares, não obrigadas a ter contabilidade organizada, deve ser o dono do imóvel a pagar o IPU Renda na repartição fiscal da localização do imóvel, em Janeiro e Julho do ano seguinte ao recebimento das rendas. Se for arrendado a pessoas colectivas, empresas, profissionais liberais ou comerciantes em nome individual, o valor do IPU Renda deve ser retido por estes aquando do pagamento da renda e entregue à Repartição Fiscal até ao dia 30 do mês seguinte ao efectivo pagamento da renda ao senhorio, refere o *Jornal de Angola*.



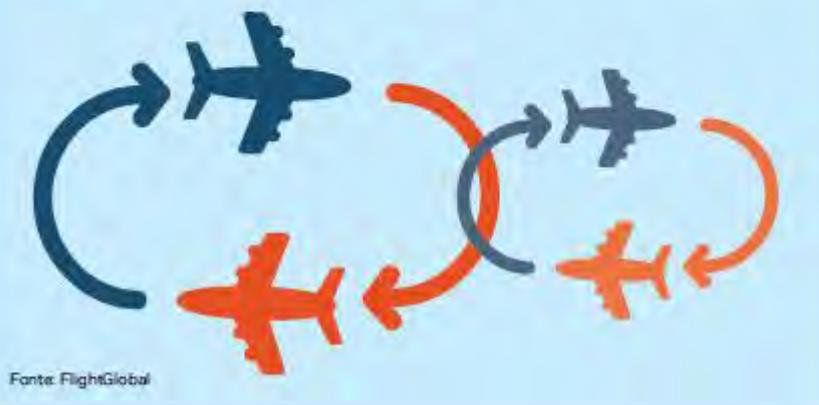
QUINTA

18

As companhias aéreas mais pontuais

Quem é que levanta voo sempre a horas? O site de notícias de aviação FlightGlobal divulgou o ranking da pontualidade das companhias aéreas mundiais. Eis o top 10:

1 Iberia Express Espanha 88,97%	6 Alitalia Itália 82,78%
2 Japan Airlines Japão 86,09%	7 Qantas Austrália 82,41%
3 All Nippon Airways Japão 84,51%	8 SAS Suécia/Noruega/Dinamarca 81,73%
4 Delta Air Lines EUA 84,06%	9 United Airlines EUA 81,66%
5 Qatar Airways Qatar 83,64%	10 LATAM Airlines Brasil 81,47%



Fonte: FlightGlobal

Bits MUNDO

Washington – O JPMorgan Chase anunciou lucros de 4,23 mil milhões USD no quarto trimestre de 2017, uma descida de 37% em relação ao mesmo período de 2016. Há um ano, o banco norte-americano tinha registado um lucro de 6,73 mil milhões USD, que agora desceu devido a alterações introduzidas pela nova reforma fiscal. Excluindo o impacto fiscal, os ganhos teriam sido semelhantes, segundo o banco.

Lisboa – Mais de 17 anos depois de ter sido nomeado para liderar a TAP, Fernando Pinto abandona, no final deste mês, a companhia lusa, que passa a ter como o CEO o também brasileiro Antonoaldo Neves. O novo gestor, de 42 anos, já estava nos quadros da companhia como *chief commercial officer*, tendo sido, antes, presidente da Azul, a transportadora de David Neeleman (sócio de Humberto Pedrosa no consórcio Atlantic Gateway, que detém 45% da TAP). O gestor, que acompanhou o processo de privatização da empresa, integrou ainda os quadros da consultora McKinsey, da qual foi sócio global. Miguel Fransquillo irá manter-se como PCA da companhia.

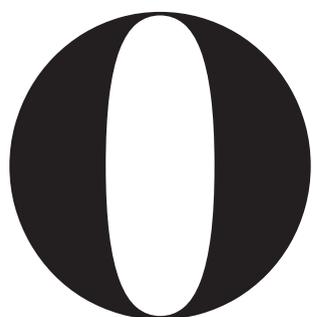
550

Praia – Um projecto de turismo financiado pela União Europeia (UE) e a executar na ilha cabo-verdiana do Maio pelo Instituto Marquês de Valle Flôr, orçado em cerca de 550 mil EUR, foi lançado oficialmente na cidade da Praia. Esta intervenção, a executar até 2020, irá beneficiar as famílias e associações locais da ilha, os agricultores e criadores de gado, pescadores e produtores locais, com especial incidência nos jovens e mulheres. A UE em Cabo Verde apoia ainda outros projectos de turismo cultural e sustentável em ilhas como Fogo, Brava, São Vicente, Santo Antão e Santiago.

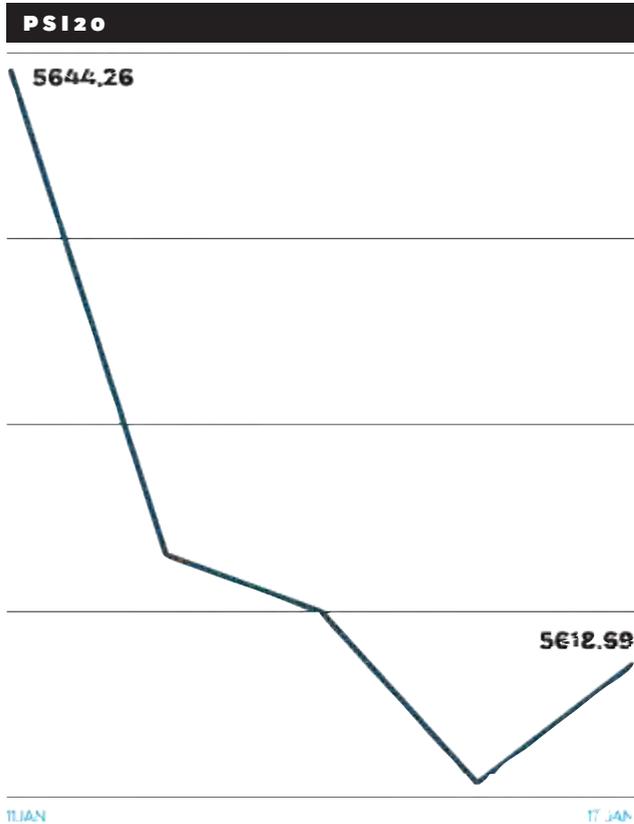
Brasília – As exportações agrícolas do Brasil subiram 13% em 2017, face a 2016, para 96,1 mil milhões USD, informou o Ministério da Agricultura do país. O saldo da balança comercial do sector foi superavitário em 81,8 mil milhões USD, melhor que os 71,3 mil milhões USD do ano anterior, refere o Ministério. A China foi o principal destino destes produtos (27,7%), enquanto os EUA foram o segundo. Em 2017 o sector agrícola representou 44,1% do resultado total alcançado pelo país no mercado externo.

Markets

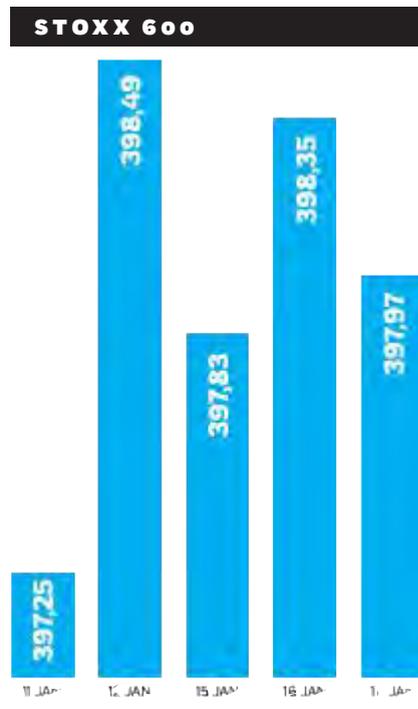
11/01 - 17/01



petróleo mantém -se em alta, com o Brent a atingir a fasquia dos 70 USD por barril graças ao anúncio da OPEP de que cumpriu os limites de produção no mês passado. Já as principais bolsas europeias inverteram a tendência e sofreram uma queda geral, alimentada pelos receios criados pela recente valorização do euro.



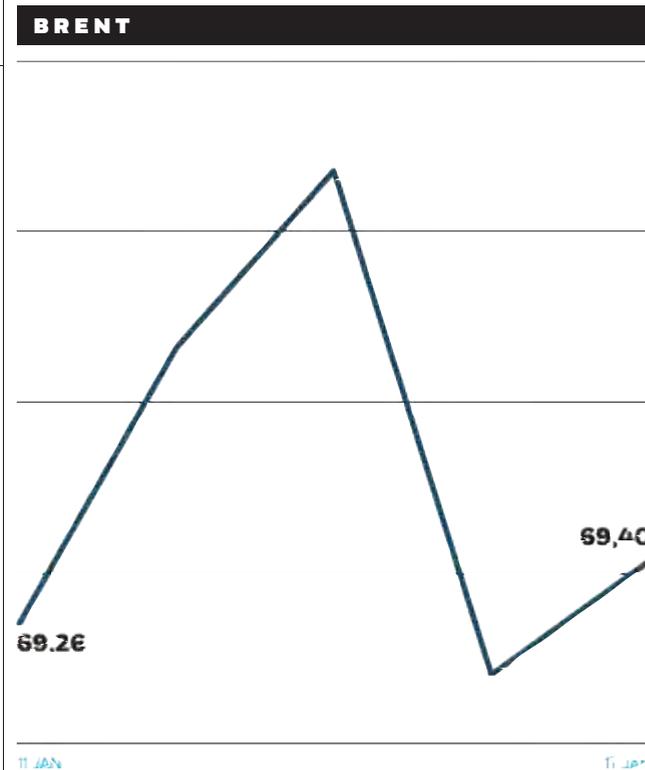
A bolsa de Lisboa encerrou a sessão de quarta-feira com uma ligeira subida de 0,09% no índice PSI20, para 5618,69 pontos, contrastando com as principais bolsas europeias, que terminaram em queda. Das 18 cotadas que integram o índice português, sete subiram, 10 desceram e uma ficou inalterada. O BCP liderou as subidas com um ganho de 1,14%, para 0,29 EUR, seguido pela Jerónimo Martins, que avançou 0,43%, para 17,40 EUR.



As principais bolsas europeias encerraram a sessão de quarta-feira em queda devido aos riscos que a recente valorização do euro pode acarretar para os mercados financeiros. O índice europeu de referência Stoxx 600 cedeu 0,10%, para 397,97 pontos, enquanto, entre as maiores praças do continente, Frankfurt perdeu 0,47%, Madrid desvalorizou 0,44%, Londres caiu 0,39%, e Paris recuou 0,36%.

1,93

mil milhões USD foi o prejuízo apresentado pelo Goldman Sachs no último trimestre de 2017



Depois de, na segunda-feira, o Brent ter ultrapassado a barreira dos 70 USD por barril, a cotação do petróleo que serve de "benchmark" à produção de Angola voltou a fixar-se na casa dos 69 USD, mantendo assim a tendência em alta verificada nas últimas semanas, isto depois de a OPEP ter anunciado o cumprimento dos limites de produção.

Bolsa

Bitcoin Queda de 36% em 2018

Depois de quase ter chegado aos 20 mil USD em Dezembro passado, a cotação da bitcoin continua a cair e, desde o início do ano, já desvalorizou quase 36%, tendo já descido abaixo dos 10 mil USD. O endurecimento da regulação na China e Coreia do Sul é, segundo os analistas, o motivo para o recuo acentuado da cotação.

BODIVA, EM 2017

Montantes negociados subiram 43,5%, mas houve menos negócios

Mercado secundário de dívida pública animou a parte do terceiro trimestre de 2017. No total, bolsa movimentou 525 mil milhões Kz.

POR ANDRÉ SAMUEL
andre.samuel@mediarumo.co.ao

O montante negociado no Mercado Secundário de Dívida Pública (MSDP) em 2017 cresceu 43,5%, para 525,1 mil milhões Kz, face aos 365,9 mil milhões Kz movimentados em 2016, segundo dados da Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) referentes ao último mês do ano transacto.

De Janeiro a Dezembro do ano em análise, o montante médio mensal de negociação foi de 43,7 mil milhões Kz, superior em 13,3 mil milhões Kz (44%) aos 30,4 mil milhões Kz de 2016, sendo que os meses com maior montante de negociado foram Dezembro, Novembro e Agosto, com 131,2 mil milhões Kz, 86,2 mil milhões Kz e 62,8 mil milhões Kz, respectivamente.

No que se refere ao número de negócios realizados, constatou-se uma diminuição de 17% face a 2016. No ano passado, registaram-se 1685 negociações, que compararam com as 2039 de 2016. Em média, em 2017, ocorreram 140 negócios por mês, sendo que os meses em que se realizaram mais negócios foram Dezembro, Novembro e Outubro.

O agente de intermediação Banco de Fomento Angola (BFA) liderou o ranking de montantes negociados (194,7 mil milhões Kz), bem como de negócios realizados (1243), pelo terceiro ano consecutivo. Recorde-se que este banco foi o primeiro agente licenciado pela Comissão do Mercado de Capitais e o primeiro autorizado a operar nos mercados regulamentados da BODIVA.

O Standard Bank Angola manteve o segundo lugar nos montantes negociados, ao somar 170,5 mil milhões Kz, depois de ter figurado no quarto lugar em 2015. Quanto ao número de negócios realizados, este membro de negociação é o terceiro da lista, com 196 operações, depois do BAI (320).

O BAI foi o terceiro na posição de maiores montantes transaccionados, seguido do BIC e do Atlântico.

MROV - RELATÓRIO DE NEGOCIAÇÃO											
Tipo de Instrumento	Código de Negociação	Moeda	Valor Nominal (Milhões)	Preço Anterior		Último Preço		Variação de Preço	Negócios Realizados	Quantidade Negociada	Montante Negociado
				Preço	Data	Preço	Data				
Bondos do Tesouro	10/2017/101	Kz	1.000.000								
Obrigação do Tesouro	10/2017/102	Kz	1.000.000								
Obrigação do Tesouro	10/2017/103	Kz	1.000.000								
Obrigação do Tesouro	10/2017/104	Kz	1.000.000								

No primeiro trimestre de 2017, ocorreram 271 negócios, movimentando pouco mais de 46 mil milhões Kz, uma diminuição de 39% face ao homólogo. O montante médio mensal de negociação foi de 15,3 mil milhões Kz, sendo que Março foi o mês que apresentou maior volume negociado, com 20,6 mil milhões Kz.

Relativamente aos negócios realizados por ano de vencimento, existiu uma maior propensão para negociar títulos de maturidade mais curta.

Verifica-se assim que os negócios realizados nas maturidades de 2017, 2018 e 2019 representaram 36%, 43,7% e 11,20%, respectivamente.

Em relação ao montante negociado por maturidade, verifica-se a mesma tendência dos negócios realizados, isto é, as maturidades até três anos representam 84,25% do total.

Neste contexto, 2017, 2018 e 2019 representaram 16,12%, 54,58% e 13,55%, respectivamente. Assim, no que se refere aos títulos mais negociados, verifica-se um aumento expressivo do peso dos bilhetes do Tesouro (BT) no total do montante negociado, sendo os três títulos mais transaccio-

nados os BT de 91 e 364 dias. Não obstante, ostítulos mais negociados foram os indexados à moeda norte-americana, o que, apesar de um cenário de maior estabilidade cambial, revela por parte dos investidores a necessidade de continuidade da estratégia de *hedging* cambial, segundo a BODIVA.

BFA liderou nos montantes e no número de negócios realizados pelo segundo ano seguido

No que se refere aos participantes finais dos negócios realizados durante o primeiro trimestre de 2017, existiu uma prevalência dos agentes de intermediação e dos clientes-empresa, que responderam, respectivamente, por 53,45% e 41,99% do montante negociado. Os clientes particulares representaram apenas 4,55%.

Quando analisamos as operações de compra, verifica-se que os clientes-empresa representam 62,89% do montante total, sendo que os agentes

de intermediação e os clientes particulares representaram 31,83% e 5,28%, respectivamente.

No que toca às operações de venda, os agentes de intermediação representaram 74,63% do montante total, seguidos pelos clientes-empresa (21,43%) e pelos particulares (3,94%).

Mais animação no III trimestre

Se, nos primeiros meses do ano, o cenário não foi animador para o mercado, o quadro reverteu-se no terceiro trimestre, com o MSDP a registar 524 negócios e movimentando um total de 134,1 mil milhões Kz, um aumento de 24,96% face ao homólogo. O montante médio mensal de negociação foi de 44,7 mil milhões Kz, sendo que Agosto foi o mês em que se registou o recorde de negociação até final daquele trimestre.

No que se refere aos comitentes finais dos negócios realizados durante o terceiro trimestre, prevaleceram os agentes de intermediação e dos clientes-empresa, que responderam, respectivamente, por 53,45% e 41,99% do montante negociado. Os particulares representaram 4,55%.

Por operações de compra, verifica-se que o cliente-empresa representaram 76,20% do montante total, e os agentes de intermediação e os particulares, 16,64% e 7,16%, respectivamente.

No que se refere às operações de venda, os agentes de intermediação representaram 78,36% do montante total, seguindo-se os clientes-empresa e os particulares (20,23% e 1,41%, respectivamente).

Numa análise mais profunda, vê-se que as empresas do sector do comércio a grosso e a retalho foram as que mais negociaram na posição compradora, com um total de 30,22 mil milhões Kz, o que se deve-se ao facto de utilizarem os títulos indexados para se protegerem da desvalorização cambial.

Os principais vendedores foram as empresas de construção, com 17,76 mil milhões Kz, seguidas do sector de prestação de serviços (4,75 mil milhões Kz). Estas, registre-se, foram as empresas que mais obtiveram títulos de dívida pública por conta de pagamentos de serviços prestados ao Estado, tendo sido depois comercializados no mercado secundário. ■

Destaque

Educação ficou 53% mais cara em 2017, e Saúde, 34%

Estudar e tratar da saúde ficou substancialmente mais caro em 2017, afectando em especial as famílias mais desfavorecidas. Mas as empresas foram igualmente afectadas, com os bens e serviços a verem os preços subirem 36%.

POR ANDRÉ SAMUEL | FOTOGRAFIA JA IMAGENS



Petróleo

Angola perto da meta

A produção diária de petróleo em Angola, de 1,6 milhões de barris, está quase a atingir a meta estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de 1,678 milhões de barris/dia, anunciou nesta segunda-feira Estêvão Pedro, representante angolano na Organização de Produtores de Petróleos Africanos (APPO).

As despesas com 'Educação' aumentaram 52,63% em 2017, a maior subida entre as classes de despesa incluídas no Índice de Preços no Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A subida, acumulada ao longo do ano (ver gráficos nesta página), foi fortemente influenciada pelos aumentos de preços registados em Janeiro e Fevereiro (15% e 36%, respectivamente), já que a inflação nesta classe se manteve estável nos restantes meses. Segundo a *Folha de Informação Rápida do IPCN* referente a Dezembro do ano passado, divulgada nesta semana, a classe 'Vestuário e Calçado' foi a segunda que mais subidas de preços acumulou, com 37%, seguida de 'Bens e Serviços Diversos' (36%) e 'Saúde' (34%).

Os menores aumentos ocorreram nas 'Comunicações', com apenas 1,93%, sendo que o período em que se registou a maior variação nesta classe foi em Janeiro (1,1%). A classe 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis' acumulou subidas de preços na ordem dos 10%, e o terceiro menor aumento registou-se nos 'Transportes', com 13%.

Pelo País, as subidas também não foram uniformes. Os aumentos de preços foram mais expressivos em cinco das 18 províncias, tendo a Lunda Norte registado o maior dos últimos 12 meses, com 24,29%. Luanda, que figura habitualmente entre as capitais mais caras do mundo, teve a segunda maior alta de preços, com 26,26%.

O 'ciclo' das províncias onde o custo de vida mais subiu no ano passado completa-se com o Cuanza Norte, Lunda Sul e Moxico, com 22,43%, 21,94% e 21,74%, respectivamente. No mesmo período, as regiões com as menores subidas acumuladas nos preços – mas também abaixo da média nacional – foram a Huila (15,62%), o Bié (15,93%), o Huambo (16,73%), Cabinda (17,86%) e Bengo (18,97%).

Em 2017, em termos nacionais, o poder de compra dos consumidores depreciou-se em 23,67% (abaixo do verificado em Luanda), ou seja, 7,87 pontos percentuais (pp) acima da meta de 15,8% inicialmente estabelecida no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ano em referência – mais tarde ajustada para 25% até ao final do ano.

Já neste ano, o OGE prevê uma meta mais alta – 28,7% –, que representa uma revisão em alta 11,3 pp face às previsões do Plano Intercalar para o período Outubro 2017-Março 2018.

Em termos mensais, os preços cresceram, em média 1,9%,

sendo que Outubro foi o mês em que se registou a maior variação (2,9%), e Novembro, a menor (1,04%).

De acordo com o relatório do INE, em Dezembro, a taxa de inflação mensal foi de 1,20%, com a classe 'Bens e Serviços Diversos' a registar o maior aumento de preços, com 1,96%. Destacam-se também os aumentos de preços verificados nas classes 'Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis', com 1,81%, 'Lazer, Recreação e Cultura', com 1,59%, e 'Vestuário e Calçado', com 1,49%.

Medidas de combate

No seu discurso sobre o estado da nação, em 17 de Outubro, o Presidente da República, João Lourenço, lembrou que, desde 2012, Angola passou a apresentar taxas de inflação acumuladas anuais de um só dígito. Contudo, como consequência da crise económica e financeira que o País travessou entretanto, registou-se um aumento do nível geral de preços na economia, com consequências negativas para a vida das populações.

"Em 2016, a taxa de inflação acumulada foi de 42%, e para o corrente ano prevê-se uma taxa ao redor dos 22,9%. Estamos a viver, portanto, uma situação de baixo crescimento económico associada a taxas altas de variação do nível geral de preços na

Preços subiram 23,67% a nível nacional, em 2017, e em Luanda o custo de vida agravou-se em 26,26%. A meta do OGE 2017, recorde-se, era 15,8%

economia", disse, na Assembleia Nacional.

O PR considerou indispensável a tomada de medidas de política "necessárias e inadiáveis" de modo a alcançar-se a estabilidade macroeconómica do País, com foco nas variáveis susceptíveis de garantirem os equilíbrios internos e externos e as condições necessárias para estimular a transformação da economia, o desenvolvimento do sector privado e a competitividade.

"A estabilidade macroeconómica é uma condição necessária para a retoma do crescimento económico e, consequentemente,

para a solução dos problemas sociais mais prementes do País. Por isso, vamos levar a cabo um sério programa do Executivo com vista ao alcance deste objectivo", anunciou.

Contra a inflação dentro de "níveis aceitáveis" foi definido como um objectivo tanto no OGE 2018 como no Programa de Estabilização Macroeconómica, apresentado já neste mês, uma vez que o descontrolo deste indicador é susceptível de levar a um nível de instabilidade "com efeitos adversos sobre as intenções de investimento e, consequentemente, sobre o crescimento económico".

Apesar dos níveis ainda considerados altos, foi possível reduzir a taxa de inflação mensal a partir de Outubro de 2016, por via da combinação de políticas que incidiram sobre o controlo fino da liquidez e sobre a estabilização da oferta de bens essenciais. Em resultado disso, a taxa de inflação homóloga tem apresentado uma trajectória descendente, tendo passado de 41,95%, em Dezembro de 2016, para 26,95%, em Agosto de 2017. A favor desta trajectória descendente da taxa de inflação homóloga está o ajustamento da economia face às medidas implementadas pelo Executivo no I trimestre de 2016.

De acordo com o Relatório de Fundamentação do OGE 2018, tal incluiu o "reposicionamento dos agentes económicos ante o ajustamento dos preços dos combustíveis e o ajustamento cambial a que se assistiu em 2016, combinado com um conjunto de medidas iniciadas em 2016 e aprofundadas logo desde o arranque do ano de 2017, em sede da Estratégia de Implementação da Programação Macroeconómica Executiva".

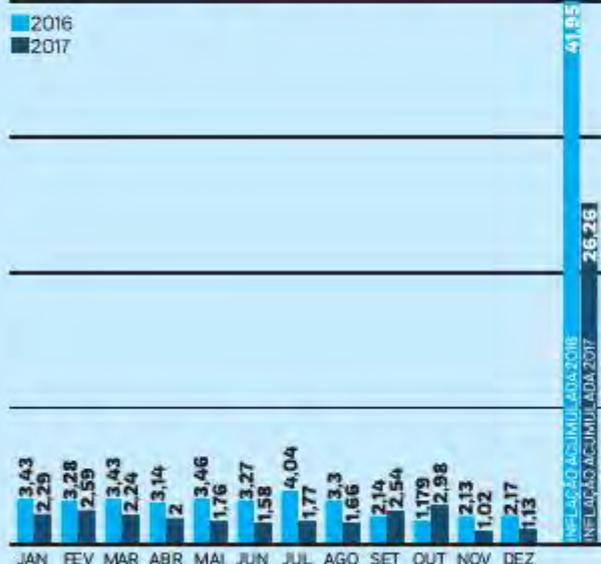
Neste contexto, entre as linhas de actuação para o controlo da inflação, destacam-se a "reposição dos níveis mínimos de oferta de alimentos e outros bens fundamentais, o ajustamento da oferta de moeda por via da aplicação estrita do modelo de esterilização *ex ante* e do controlo dos factores determinantes da base monetária, através de um maior entrosamento das políticas fiscais e monetária".

"A melhoria do modelo de intervenção no mercado cambial e a criação de janelas de diálogo com os principais agentes produtores e importadores" também devem ajudar a conter a subida de preços. "A gestão cambial teve como principal objectivo a estabilização das importações, a reposição de stocks de bens alimentares, e o asseguramento dos insumos necessários para o sector produtivo da economia", refere o documento. **M**

Inflação sobe menos, mas mantém-se em alta

Subida do custo de vida em 2016/17

Variação mensal %

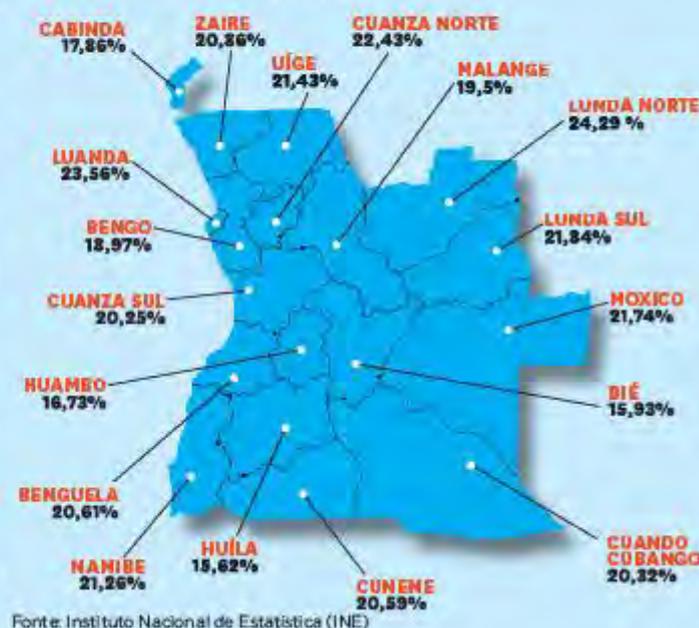


Fonte: INE/Dados referentes a Luanda

Aumento de preços por classes em 2017

Classe das despesas	Acumulada
01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	18,29
02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	31,09
03. Vestuário e Calçado	37
04. Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis	10,82
05. Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção	30,54
06. Saúde	34,6
07. Transportes	13,37
08. Comunicações	1,93
09. Lazer, Recreação e Cultura	29,07
10. Educação	52,63
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	22,53
12. Bens e Serviços Diversos	36,58

Inflação Acumulada por província



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Banca

PORTUGAL

Fundos credores do Novo Banco reforçam acção com site e Twitter

Os grandes fundos internacionais com dívida do Novo Banco lançaram esta quarta-feira o The Novo Note Group, com um site e uma conta no Twitter.

POR ELISABETE TAVARES*

Os grandes fundos internacionais com dívida do Novo Banco lançaram esta quarta-feira o The Novo Note Group, com um site que disponibiliza informação sobre o processo de transferência de obrigações do banco em Dezembro de 2015, bem como uma conta no Twitter. No site, o grupo de investidores, que inclui as maiores gestoras de activos a nível mundial como a BlackRock e a PIMCO, disponibiliza documentos sobre o processo que os opõe ao Banco de Portugal e ao governo português.

“Hoje lançamos o The Novo Note Group: um grupo *ad-hoc* de obrigacionistas representando 20 instituições financeiras com 1,4 mil milhões EUR em obrigações do Novo Banco”, refere no site. O grupo, que é coordenado pela Attestor Capital, BlackRock, CQS and PIMCO, processou o Banco de Portugal “e está a tentar chegar a um acordo que permita aos fundos continuar a sua longa história de investimentos em Portugal”.

Segundo o grupo, o Banco de Portugal “deve agir para resolver a transferência ilegal do Novo Banco e reabilitar a reputação de Portugal junto da comunidade de investidores”. “Só assim vão alguns dos maiores investidores do mundo poder continuar a sua longa história de apoiar Portugal”. Os fundos têm boicotado activos portugueses, não tendo participado nas emissões de dívida do BCP e da Caixa Geral de Depósitos em 2017.

Portugal perde 200 milhões por ano

Segundo o grupo, Portugal perde mais 200 milhões EUR anuais para se financiar devido à decisão do Banco de Portugal. Destaca que isto acontece numa altura em que Portugal precisa pagar o empréstimo de 10 mil milhões EUR ao Banco Central Europeu (BCE) e também precisa de encontrar substitutos para o BCE na compra de obri-

gações portuguesas, já que o programa de estímulos vai acabar.

Lembra que o BCE comprou 23% da

Os fundos têm boicotado activos portugueses, não tendo participado nas emissões de dívida

dívida portuguesa no mercado até Setembro de 2017. Também diz que a banca portuguesa está a pagar a fac-

tura da decisão do Banco de Portugal. E recorda que os bancos portugueses vão precisar de emitir cerca de 9000 milhões EUR de dívida adicional para cumprir com os requisitos de capital impostos pela Comissão Europeia. Lembra que os bancos têm a necessidade de reduzir o crédito malparado, na sequência das recomendações do BCE de que aquele crédito deve ser 100% provisionado. “Só o Novo Banco pode precisar potencialmente de cerca de 5000 milhões EUR”, diz o grupo.

*Dinheiro Vivo M

BBVA passa de filial a sucursal

O BBVA Portugal vai passar de filial a sucursal, segundo informação disponível no site do grupo, em que refere que este continua a ser “um mercado muito importante” e que o objectivo é dar à operação maior capacidade de gestão. Com este processo, os clientes do BBVA deixam de ser clientes de um banco de direito português e passam a clientes da sucursal de um banco espanhol. Para o BBVA, esta fusão irá permitir à operação em Portugal “dispor das melhores capacidades de gestão” e com um “acesso mais ágil às suas plataformas e soluções tecnológicas”. Actualmente, o banco conta com cerca de 400 trabalhadores em Portugal, apostando na expansão digital do negócio.



Transferências automáticas por Código QR?

#EUPOSSO



No ATLANTICO você pode. Com a oferta de serviços mobile que vai mudar a sua relação com o Banco, agora já pode fazer Transferências Automáticas por Código QR e muito mais. Basta dizer "EU POSSO". Junte-se a mais de 1 Milhão de Clientes e faça operações bancárias através do seu telemóvel. Saiba mais em www.atlantico.ao.

 **ATLANTICO**

Valores para a vida.

Finanças

Cabinda BAD financia agricultura

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) vai financiar com 101 milhões USD projectos de desenvolvimento da cadeia agrícola a executar em Cabinda. O projecto será executado nos quatro municípios da província e deverá beneficiar directamente 51 mil camponeses e pescadores associados em cooperativas.

DÍVIDA PÚBLICA

Yields das eurobonds em queda, Governo faz nova emissão

Taxa das eurobonds angolanas cai para 6,4%, face aos 9,5% iniciais. Governo vê “apetite” por nova emissão e avança para mercado internacional.

POR RICARDO DAVID LOPES
ricardo.lopes@mediarumo.co.ao

O Governo deverá avançar para uma nova emissão de eurobonds a 10 anos, neste ano, aproveitando o “apetite” por este tipo de instrumentos no mercado internacional, para aliviar a pressão sobre a dívida de curto prazo, apurou o *Mercado* junto de fonte governamental.

A dívida de curto prazo, sobretudo interna, está a colocar pressão sobre as contas públicas, o que deverá levar o Ministério das Finanças a avançar para uma nova emissão, provavelmente, de 2 mil milhões USD, beneficiando da baixa das yields da emissão colocada em 2015, de 1,5 mil milhões USD.

Na altura, recorde-se, a taxa de colocação foi de 9,5%, mas tem vindo a descer, tendo atingido 6,8% em Dezembro de 2017. Quarta-feira passada, dia 17 de Janeiro, dia de fecho do *Mercado*, as yields estavam em 6,40%, o que, segundo fontes do sector financeiro ouvidas pelo nosso jornal, se explica pelo comportamento do preço do petróleo – principal fonte de receita angolana – e pelo clima político, a par dos anúncios no sentido da estabilização feitos no Plano Intercalar, OGE 2018 e Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM).

A possibilidade de emissão de eurobonds estava já prevista, aliás, no Plano Intercalar do Governo para o período

compreendido entre Outubro de 2017 e Março de 2018. O documento referia ainda a necessidade – reiterada no Programa de Estabilização Económica, divulgado há cerca de duas semanas – de se “negociar o reescalonamento da dívida com os principais parceiros bilaterais”.

De acordo com o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018, Angola tem, neste ano, necessidades líquidas de financiamento na ordem de 1,128 biliões Kz, dos quais 724,7 mil milhões para cobrir o défice de 3,04% do PIB e 403,39 mil milhões Kz para aquisição de activos financeiros. O documento avança que o Governo irá pre-

Nova emissão deve ser estruturada no primeiro trimestre e lançada no segundo

cisar de 4 153,18 biliões Kz para amortizar dívida de curto, médio e longo prazos, sendo a maior parte deste valor (2 759,02 biliões Kz) referente a dívida interna.

O entendimento do Ministério das Finanças, ao que o *Mercado* apurou, é que a dívida continua sustentável, mas requer algum alongamento, dado que há muita pressão no curto prazo, sobretudo interna. Actualmente, a dívida governamental ronda os 12,2 biliões Kz, cerca de 67% do PIB.

O Relatório de Fundamentação do OGE, de resto, refere que em 2013 a dívida governamental estava avaliada em 22,1% do PIB. Nos anos 2014, 2015 e 2016, o rácio da dívida governamental registou aumentos de 6 pp, 17 pp e 10,5 pp, evoluindo para os níveis de 28,1% do PIB, 45,2% do PIB e 55,7% do PIB, respectivamente.



Carlos Muyenga

O Governo defende assim que é preciso avançar rapidamente para um processo de consolidação fiscal – o que implica ajustes quer do lado da receita, quer da despesa – sob pena de a dívida se tornar insustentável.

“Em resultado da quebra significativa das receitas fiscais, o Estado tem incorrido em défices orçamentais sucessivos desde 2014, o que levou ao aumento do stock de dívida para níveis que começam a afectar a sua sustentabilidade de longo prazo”, lê-se no PEM, que admite ainda que “a necessidade de financiar défices orçamentais

Dívida de curto prazo está a pressionar contas públicas. Governo quer alongar prazos

pressionou a taxa de juro dos títulos do Tesouro, movimento que se transmitiu às restantes taxas de juro do sector financeiro, impactando negativamente sobre o crédito ao sector privado”.

“O mercado da dívida interna tem

procurado cada vez mais os instrumentos de mais curta duração, assim como os títulos indexados à taxa de câmbio, contribuindo para o aumento dos custos de serviço da dívida”, acrescenta o documento.

A Bloomberg indicou nesta semana que a nova emissão de eurobonds deverá ocorrer no primeiro semestre, o que, segundo fontes do mercado ouvidas pelo nosso jornal, faz sentido. Até Março, o Governo deverá ter a emissão estruturada, para apresentação aos mercados, podendo ser colocada até ao final de Junho. **M**



PROTTEJA
SEGUROS, S.A.

... a seu futuro.

**XÉÉÉ!!
AINDA
NÃO TEMOS
SEGURO
PAPÁ?**



Dirija-se a uma das nossas lojas, contacte o seu mediador ou o nosso call center e esclareça todas as suas dúvidas. Temos uma equipa dedicada em lhe dar o melhor aconselhamento, seja em produtos simples de seguro automóvel ou pacotes integrados para si ou para a sua empresa.

COQUEIROS

Rua José Pedro Tuca, nº 32
Bairro dos Coqueiros
Luanda, Angola

MAIANGA

Rua da Maianga,
71/73 BTE R1C
Maianga, Luanda Angola

CALL CENTER

+244 929 179 188 +244 918 044 731
+244 929 179 189 +244 918 043 330

geral@prottejaseguros.co.ao

Peça já a sua simulação!

www.prottejaseguros.co.ao

Finanças



MOODY'S AVISA ANGOLA

Reestruturar a dívida coloca *rating* em risco

Agência de rating considera “ambíguas” as intenções expressas no Programa de Estabilização Macroeconómica.

POR PAULO NARIGÃO REIS

Uma reestruturação da dívida soberana de Angola que venha a implicar perdas para os credores terá consequências no *rating* do País. O aviso é da agência de notação financeira Moody's, numa nota enviada nesta semana aos investidores. O alerta da agência aparece depois de o Governo ter manifestado, no Programa de Estabilização Macroeconómica, a in-

tenção de negociar com alguns credores as condições da dívida, situação que a Moody's considera como um risco para o *rating* da República. “Durante a primeira semana de Janeiro, a linguagem apresentada pelo Governo de Angola deu azo à especulação de que estava a contemplar – e assim, potencialmente, entrar em incumprimento – as suas obrigações respeitantes à dívida externa”, escrevem os analistas da Moody's, acrescentando que tal intenção já tinha sido citada no Plano Intercalar revelado em Outubro.

“As declarações ambíguas nos documentos oficiais de Janeiro deixaram pouco claro o perímetro que se aplicaria às intenções do Governo de renegociar a dívida”, acrescenta a agência.

“Se se tornar claro que as renegociações foram de facto contempladas, isso poderia levar a um evento que a Moody's consideraria um incumprimento financeiro, pelo que a Moody's asseguraria que a avaliação do perfil de crédito era consistente

Moody's diz que vai “continuar a acompanhar de perto a gestão financeira de Angola”

com o aumento da probabilidade de um incumprimento financeiro”, escrevem os analistas que, logo a seguir, colocam água na fervura: “Baseados parcialmente em discus-

sões com o Governo, assumimos que, apesar de o Executivo querer realmente gerir mais activamente as suas vulnerabilidades em 2018, não existe actualmente a intenção de entrar em discussões com quaisquer credores para engendrar um resultado que a Moody's poderia considerar um evento de incumprimento financeiro.”

De acordo com a agência de *rating* sediada em Nova Iorque, o incumprimento acontece quando um governo propõe aos credores uma renegociação da dívida que implique alterações nos prazos ou nos montantes do pagamento. Esta situação aconteceu com Moçambique quando, em 2016, propôs aos credores receberem juros mais elevados e um alargamento do prazo de pagamento do montante investido inicialmente.

Porém, segundo a nota, a Moody's não prevê que tal venha a suceder, afirmando que é provável que o Governo queira apenas renegociar os empréstimos, o que não pode ser considerado, na perspectiva da agência, como um *default*.

“O Governo quer melhorar a composição e o perfil da sua dívida”, reconhece a agência de *rating*

Ainda assim, a Moody's – admitindo que o Governo, “confrontado com a perspectiva de um aumento do peso da dívida e dos custos de refinanciamento, quer melhorar a composição e o perfil da sua dívida” – deixa o aviso: “Vamos continuar a monitorizar de perto a gestão financeira de Angola. Para já, os principais factores que sustentam a trajectória do *rating* no curto prazo continuam os mesmos que motivaram a degradação em 20 de Outubro de 2017 para B2 – abrandamento do crescimento, aumento do risco de liquidez e pressões externas.”

As previsões do BAD

Angola deverá crescer menos de 3% até 2020, depois de as receitas terem caído mais de 50% desde 2014, obrigando o executivo a aumentar a dívida pública para 71,5% do PIB, estima o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). “A dívida pública subiu de 65,4% do PIB em 2015 para 71,5% em 2016, reflectindo o aumento do volume do financiamento no mercado privado para financiar o défice orçamental num ambiente de taxas altas no mercado interno e fracas receitas do petróleo”, aponta o BAD. No relatório *Perspectivas Económicas em África*, divulgado em Abidjã, a capital económica da Costa do Marfim, o banco estima que Angola tenha escapado à recessão em 2016, tendo crescido 0,1%, e acelerado no ano passado para 2,1%, abaixo dos 2,4% previstos para este ano e 2,8% no próximo. “Como resultado dos preços baixos internacionais do petróleo, o crescimento do PIB entre 2011 e 2015 foi de 4,7%, abaixo dos 12,6% entre 2006 e 2010”, acrescentam os analistas.

DIVISAS

Governo e BNA podem intervir para evitar rupturas nas empresas

O plano contraria a promessa do BNA de acabar com as vendas direccionadas de moeda estrangeira.

POR EDJAIL DOS SANTOS
edjail.santos@mediarumo.co.ao

A proposta do novo modelo de afectação de divisas para importações do sector produtivo define que, para atender à procura de divisas do sector produtivo, o Banco Nacional de Angola e o Governo intervirão para evitar rupturas na actividade operacional das empresas, bem como em relação a subidas bruscas do nível geral de preços.

O plano contraria a promessa do BNA de acabar com as vendas direccionadas de moeda estrangeira, retirando dos ministérios a responsabilidade de selecção das empresas com direito a divisas, como foi anunciado por José de Lima Massano, durante a apresentação do Plano de Estabilização Macroeconómica (PEM).

A estratégia recentemente divulgada pela equipa económica do Governo visa a eliminação gradual da venda directa por sector, para dar lugar aos leilões, procedimento que tinha sido suspenso devido à escassez de moeda

estrangeira. Porém, a proposta de um novo modelo de afectação de divisas para importações do sector produtivo apresenta um cronograma de alocação directa de divisas, de acordo com as necessidades até aos quatro trimestres de 2018.

O documento, datado de Novembro de 2017, apresenta princípios do modelo de intervenção do BNA e do Governo na afectação de divisas, estabelecendo que as actividades do modelo de afectação são programadas e balanceadas em períodos trimestrais, enquanto as operações programadas e os ajustamentos se desenvolvem em períodos mensais.

De entre os princípios definidos no ponto primeiro, “o BNA programa e comunica, ao Ministério da Economia e Planeamento, a previsão trimestral de recursos disponíveis para venda de divisas ao sector produtivo”.

Já no segundo ponto fica definido que “o Ministério da Economia e Planeamento, trimestralmente, coordena com os demais departamentos ministeriais do sector produtivo a elaboração do programa de atendimento de importações que depois comunica ao BNA, e este último planifica com os bancos comerciais leilões que decorrem durante o trimestre da programação, onde vende as divisas, de forma dirigida, com base

nas informações do programa de atendimento de importações do sector produtivo”.

O terceiro princípio estabelece que “as empresas do sector produtivo passam a programar e a comunicar as suas necessidades de divisas para a importação do trimestre seguinte (por exemplo: no mês de Dezembro de 2017 devem submeter as facturas das aquisições e pagamentos para o I Trimestre de 2018) aos departamentos ministeriais do sector produtivo, estes últimos com base na quota trimestral definida com o Ministério da Economia e Planeamento, procedem à programação da distribuição daqueles recursos cambiais pelas empresas”.

Proposta “fora do contexto”

Segundo um especialista do sector financeiro, que preferiu anonimato, a proposta “está fora do contexto”, é um procedimento antigo que, a seu ver, não favorece a verdade económica porque é o Governo a definir a quem vai dar as divisas, quando deveria ser uma responsabilidade dos bancos comerciais, “como venceu o governador do BNA, há semanas na apresentação do PEM”.

“Não fica bem o Governo dizer ao BNA a quem deve dar moedas estrangeiras, embora sejam defendidas no

meio disso teorias positivas, como a potenciação da produção nacional, não deve ser papel do Governo estabelecer isso numa economia de mercado que devia auto-regular-se. O modelo é desadequado e pode ser alvo de suspeição na medida em que muitos dos nossos governantes serão os empresários beneficiados”, alerta.

Por sua vez, o presidente da Confederação Empresarial de Angola (CEA), Francisco Viana, adianta que a intenção de priorizar o sector produtivo é boa, porque neste momento se encontra em colapso, porém, revela que os empresários não foram tidos nem achados na discussão do diploma que os deve beneficiar.

“Não houve concertação com os empresários, isso é mau porque seremos nós os beneficiários. A constatação que fazemos é que, agindo assim, os maiores beneficiários serão as pessoas que têm empresas e estão ligadas ao Governo e aos bancos, isso só dá vazão a corrupção e a muita burocracia no processo de afectação de divisas”, reforça o responsável da CEA, para quem a restrição a quem tenha a situação fiscal em ordem é contraproduziva porque muitas empresas, dado o actual período de crise, não têm o fisco regularizado porque o Estado não paga as suas próprias dívidas às empresas. ■

Kwanza desvaloriza 18,3% em relação ao euro

O Banco Nacional de Angola (BNA) efectuou nesta terça-feira, 16, o segundo leilão de venda de divisas deste ano, no qual se apurou uma nova taxa média ponderada, com 1 EUR a valer 248,77 Kz, enquanto o dólar norte-americano está agora fixado em 202,61 Kz. Em suma, o Kz depreciou-se 9,5% em relação ao dólar e 18,3% em relação à moeda europeia. No leilão, que contou com a participação de 27 bancos comerciais, o Banco Nacional de Angola colocou à venda 82,6 milhões EUR, integralmente absorvidos. No primeiro leilão, o banco central vendeu 83,6 milhões EUR, o que totaliza 166,2 milhões EUR leiloados em sete dias. A taxa mais alta foi de 270,823 Kz por euro, e a mais baixa, de 243,387 Kz por euro. Em função das novas taxas apuradas, o kwanza perdeu já, desde 9 de Janeiro, 25% para o euro e 18% para o dólar.

Fases do Modelo de Venda de Divisas para o Ano 2018 - Iº, IIº, III e IV trimestre (Dez 2017 a Dez 2018)

1. As empresas remetem para os departamentos ministeriais do seu sector, no final de cada trimestre, as necessidades de divisas para o trimestre seguinte;
2. O BNA informa o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) as disponibilidades de divisas para o trimestre seguinte;
3. O MEP e os departamentos ministeriais prepararam o programa de atendimento;
4. O MEP informa o Banco Nacional de Angola (BNA) sobre o programa de atendimento aprovado;
5. O BNA prepara os leilões e abertura de linhas de crédito;
6. Operações programadas ocorrem durante o trimestre;
7. Ajustamentos ao programa ocorrem durante o trimestre;

Grande Entrevista

Carlos Francisco

“Não devemos privatizar empresas públicas a preço quase zero”

Economista e docente universitário vê com bons olhos a venda de empresas públicas, mas alerta para a necessidade de, primeiro, fazê-las adotar políticas de *compliance*, para que os estrangeiros olhem para elas como credíveis.

POR AYLTON MELO | FOTOGRAFIAS DR



Q

Quando lançou o livro *Mercado de Capitais em Angola*, em 2011, a nossa economia crescia acima dos 5% a 7%, mas o cenário actual é completamente diferente. Quais as principais mudanças a fazer para que o País saia desta situação a médio e longo prazos?

Focar na agricultura é uma delas, mas lembro que este sector deve ser pensado a longo, e não a curto prazo. Devemos olhar para as nossas bases, reestruturar todas elas e recomeçar tudo – dos políticos ao cidadão comum, devemos pensar diferente, mas todos com o mesmo pensamento. Devemos começar, com a máxima urgência, a analisar a Lei do Investimento Privado, porque Angola não tem credibilidade no mercado internacional perante os grandes mercados. Neste caso, devemos mudar a imagem de Angola através das embaixadas e consulados, e não só. Devemos incentivar as indústrias transformadoras e a exportação dos seus produtos, explorar os solos fortes que Angola oferece, mas o Executivo deve ter vontade política para que isso aconteça.

Quais são os aspectos que mais o preocupam nas recentes medidas de política monetária?

Como bem sabemos, a política monetária é das ferramentas que o Executivo utiliza, através das instituições financeiras e não só, para equilibrar o sistema económico de Angola. Sugiro a aplicação de políticas monetárias para a estabilização económica, nomeadamente, a contraccionista, expansionista e mercado aberto – *open market*. Penso que, nas operações de *open market* dos leilões que são efectuadas pelo Banco Nacional de Angola (BNA), devia haver maior transparência na venda de divisas às instituições financeiras, nomeadamente, casas de câmbio e bancos comerciais. Devido à não transparência nos leilões de divisas, sabemos que elas acabam no mercado informal, o que causa instabilidade no mercado formal e, obviamente, o encarecimento da cesta básica, bem como de outros produtos de consumo. Depois, o Executivo deve melhorar o sistema de leilões da dívida e assegurar o acesso a particulares e

não residentes cambiais ao mercado de títulos.

Qual é o fim destas medidas?

Este tipo de política monetária visa a diminuição da moeda em circulação e a manutenção, ou redução, das taxas de inflação. Em contrapartida, se aplicarmos a política expansionista, o Executivo terá um aumento do crescimento económico, através do aumento de quantidade de moeda em circulação. A aplicação da política monetária expansionista, ou mesmo a contraccionista, visa adequar a situação económica do País ao momento económico actual. Sem dúvida alguma que a desvalorização do kwanza deverá manter-se, no primeiro trimestre de 2018, numa cifra de 25%.

As soluções avançadas pelo Executivo, à luz do Plano Intercalar, do OGE 2018 e do Programa de Estabilização Macroeconómica, podem ser eficazes a curto e médio prazos?

Sim. Uma das medidas que deveriam ser implementadas a curto prazo é a introdução do IVA. Outra seria um foco no combate cerrado à corrupção, com políticas bem estruturadas fora do papel. Uma das medidas para o médio e longo prazos seria negociar a dívida pública, com vista à sua diminuição o mais brevemente possível, e talvez a privatização de algumas empresas públicas.

A austeridade é inevitável?

Claro que não. Devíamos, para já, começar a fazer ‘cortes’ no excesso de benefícios de que os ministros, directores nacionais e deputados usufruem. Vamos ter um ano de 2018 muito difícil, e estas medidas devem ser aplicadas a todos, incluindo as igrejas, que movimentam milhões e milhões de kwanzas e não são taxadas. Ou seja, chegou a hora de o Executivo mexer no ‘bolso’ do cidadão.

Que medidas podem ser tomadas, para acelerar o arranque do mercado de capitais, nomeadamente, a bolsa de acções e obrigações corporativas?

Neste momento, o Executivo está a implementar uma série de leis, políticas e procedimentos para a implementação do mercado de capitais na sua plenitude, mas o Angosat 1 também é uma das soluções de combate à corrupção e educação financeira.

O Estado pensa activar este processo por via da privatiza-

ção das empresas públicas em sede de mercado de capitais, mas entende que deve revitalizar primeiro as mais críticas. Qual é a sua opinião em relação a este assunto?

É, certamente, uma das melhores medidas, privatizar algumas empresas públicas, mas temos de ter atenção para não serem privatizadas ao preço de 1 USD, ou seja, a quase custo zero. Primeiramente, devemos focar-nos no *compliance* das políticas internas de todas estas instituições públicas a ser privatizadas e criar políticas muito sólidas para que os investidores estrangeiros possam realmente ver credibilidade nestas empresas públicas.

A cadeia de logística e de distribuição alimentar deve ser feita de raiz, ou revitalizada a partir dos activos coloniais que a guerra destruiu?

Chegou a hora de apagarmos tudo do tempo colonial e pensarmos como gestores do século XXI. Só assim podemos estruturar os nossos processos logísticos do ‘zero’ e adaptar à nossa realidade. Lembremos: sem logística não haverá produção nacional eficiente, e os produtos do campo irão continuar a estragar-se nas fazendas, devido à falta de distribuição eficaz, ou seja, de escoamento dos produtos.

Quais são os aspectos que mais o preocupam na política de angolanização da nossa economia?

Neste preciso momento, devemos esquecer o processo de angolanização. Devíamos é continuar a formar os quadros angolanos e focar-nos na prática, ou seja, *on job training*. Só assim os angolanos irão, futuramente, ter capacidade para chegar ao nível da força de mão-de-obra estrangeira. Outro ponto seria reestruturar a política de angolanização, tornando-a em lei.

Quais são, na sua opinião, os principais entraves ao crescimento do empreendedorismo em Angola?

São vários, mas posso mencionar alguns: falta de financiamento, estudos de viabilidade mal estruturados, a pobre gestão dos negócios já implementados, o nepotismo, o esbanjamento dos valores em matéria-prima não necessária. Muitos gestores não acreditam que, actualmente, existem vários mecanismos de implementação das suas estratégias de *marketing*, e a custo zero. Seria ideal, sempre, consultar os

“

Portugal seria o nosso financiador ideal, mas, agora, por motivos políticos, não o é

especialista certos para melhor análise da estratégia a ser implementada.

Hoje fala-se muito em métodos de financiamento colectivo, como é o caso do *crowdfunding*. Podem ser uma boa alternativa às iniciativas governamentais como o *Angola Investe*?

Não irá resultar. Na minha humilde opinião, o *Angola Investe* é um fiasco, deve ser reestruturado. Ou seja, não devia focar-se nas áreas operacionais. E a forma de aprovação dos créditos... Quanto à bonificação que é cedida, está perfeita. Quanto ao *crowdfunding*, penso que não seria o método ideal. Já tivemos, aqui em Angola, projectos como *Minha Vida, Meu Negócio, Crédito Jovem*, e assim sucessivamente, mas nenhum destes teve sucesso, porque não há continuidade e fiscalização sobre quem obtém estes financiamentos. Por isso, não seria o ideal para Angola.

Especialistas dizem que uma economia pode conviver bem com uma dívida total na ordem dos 67% do PIB, que é o caso de Angola. Como vê o problema do endividamento angolano?

Este é um problema grave. O Executivo deve, já, já, tomar como prioridade a negociação da dívida pública interna e externa. Devemos começar a pensar em negociar a dívida externa com empresas estrangeiras, com as empresas públicas, para estas poderem, no longo prazo, começar a dar lucro.

A proposta para o OGE 2018 prevê um crescimento da economia angolana de 4,9%. Acredita que seja exequível tendo em conta o quadro actual?

Honestamente, não. Teremos défice, certamente. Estamos quase como se fôssemos uma ‘bolsa rota’.

Porque acha que o mercado bancário não contribui mais para a diversificação da economia? Quais as características mais evidentes desta ineficiência?

É muito simples: não têm confiança no mercado nacional, ou seja, não confiam nos investidores, ou empreendedores nacionais, nem em todos, nem na sua maioria.

Qual é, para si, o maior desafio do sector da banca em Angola?

O resgate dos créditos malparados e a bancarização dos cidadãos angolanos.

O Governo deve manter os subsídios a preços, ou deve deixar o mercado funcionar, mesmo que tal implique sacrifícios dos cidadãos?

Acho que chegou a hora de nós, angolanos, começarmos a pagar 100% pelo que consumimos, por exemplo, no combustível, nas taxas do lixo, água e luz, porque é através destas subvenções que o Estado consegue suprir outras necessidades.

A China tem sido o principal parceiro, ou financiador, de Angola nos últimos anos. Devemos procurar alternativas? Em que regiões?

Por motivos históricos, acredito que Portugal seria o país ideal, mas, neste momento, por motivos políticos, acredito que não seria. Muito brevemente, os BRICS irão abrir um banco de investimento e, como já temos boas relações com estes países, poderia ser uma boa opção... em vez de nos focarmos apenas na China. **M**

Do marketing para a economia

Carlos Francisco é docente universitário, consultor de marketing e investigador científico nas áreas de Gestão e Finanças. Licenciado em Gestão de Retalho e Distribuição pela Universidade CPUT na África do Sul/Cape Town, é mestre em Logística e doutorado em Economia. Exerceu a função de técnico de logística sénior no ramo petrolífero e de gerente de hiper/supermercados a nível internacional e não só. Autor de várias obras, nomeadamente, ‘Competências e Requisitos para a Cadeia de Logística e Política de Angolanização’, ‘Mercado de Capitais em Angola e Empreendedorismo: Micro, Pequenas e Médias Empresas e Administração Empresarial’.

Overview

REPATRIAMENTO DE CAPITALS

Trazer para Angola os milhares de milhões depositados no exterior



Repatriamento de capitais: Como vai funcionar?

Estas são as principais linhas orientadoras da proposta de lei do Banco Nacional de Angola

Objectivo

Fazer regressar ao país capitais de cidadãos e empresas nacionais, ou com sede em Angola, que estejam colocados no exterior e não tenham sido declarados à autoridade fiscal

Perdão Fiscal

Este tipo de leis prevê uma situação em que não é cobrado qualquer imposto sobre os capitais repatriados, ou apenas é aplicada uma taxa simbólica. No caso concreto da proposta de lei do Banco Nacional de Angola (BNA), particulares e empresas poderão fazer regressar ao País os capitais colocados no exterior **isentos do pagamento de taxas ou multas** e com a garantia de que **não serão feitas perguntas sobre a origem dos activos**.

Proposta UNITA

O principal partido da oposição é contra a isenção total de responsabilidades fiscais e propõe a **aplicação de uma taxa de 45%** de imposto sobre os capitais a repatriar, sendo essa receita posteriormente utilizada na erradicação da pobreza.

Volume de capitais

O regime excepcional aplica-se a depósitos bancários colocados no exterior e não declarados que sejam **superiores a 100 mil USD** ou o equivalente noutra moeda, valores mobiliários e outros instrumentos financeiros. O BNA estima que estejam fora do País, **sem serem declarados, cerca de 35 mil milhões USD**.

Prazo

A declaração de capitais a repatriar pode fazer-se, de acordo com a proposta de lei do BNA, **até 180 dias (seis meses) após a publicação da lei**.

Excepções

O perdão fiscal e a exclusão de responsabilidade criminal pelas infracções tributárias não é possível quando os contribuintes com capitais não declarados – particulares e empresas – **já estejam a ser alvo de inspecção tributária** ou já tenha sido desencadeado procedimento criminal.

Considera-se regularizada a situação do contribuinte que, **mesmo não repatriando os capitais**, declare esses activos e comprove que a entidade exterior onde os tem domiciliados não permite, por impossibilidade legal ou administrativa, o repatriamento.

O repatriamento, fora de prazo, é considerado aceite quando se trata de **instrumentos financeiros que não permitem liquidação imediata** (fundos de investimento, produtos estruturados, entre outros). O contribuinte deverá, porém, comprovar que deu ordem de venda ou de liquidação desses mesmos activos dentro dos prazos propostos pela lei.

Declarações inexactas

Se forem detectadas falhas e omissões nas declarações de capitais a repatriar **será aplicada uma multa** aos contribuintes. No caso de existir dolo comprovado nessas falhas ou omissões, o contribuinte será alvo de uma multa correspondente a **50% do imposto devido sobre os capitais omitidos**.

Regime temporário

Trata-se de uma janela de oportunidade geralmente de curta duração. Estes regimes especiais, tal como aquele que está agora em discussão em Angola, têm um carácter excepcional.

Período do perdão

A proposta de lei do BNA considera os capitais não declarados entre **1 de Janeiro de 2012 e 31 de Dezembro de 2017**. O banco central não prevê recuar mais no tempo pois, justifica, o prazo para a regularização de impostos é de 5 anos. Passado esse período, as situações irregulares prescrevem, como previsto no artigo 35.º do Código Geral Tributário: “só poderá ser liquidado imposto nos cinco anos seguintes àquele a que a matéria colectável respeita”.

Enquadramento constitucional

A Constituição da República de Angola é um dos suportes argumentativos para o Regime Especial de Regularização Tributária, nomeadamente o artigo 101.º do Capítulo II, onde se lê: “o sistema fiscal visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas, assegurar a realização da política económica e social do Estado e proceder a uma justa repartição dos rendimentos e da riqueza nacional”. A preocupação do Executivo, ao avançar com uma medida excepcional como esta, é assegurar que os recursos repatriados podem ser utilizados em benefício da economia nacional, nomeadamente em **investimento, dinamização da economia e criação de emprego** para a população local e, também, uma maior receita fiscal, resultante do desenvolvimento económico esperado.

Outros casos

O Governo angolano acredita que conseguirá obter tão bons resultados quanto os conseguidos noutras experiências deste género, já realizadas em vários países, como Portugal, EUA, Canadá, Gana, África do Sul, Nigéria, Reino Unido, Itália, Espanha ou Argentina.

Regime Extraordinário de Regularização Tributária e Cambial permite aos contribuintes repatriar activos não declarados sem qualquer sanção ou taxa.

POR JOÃO PAULO VIEIRA

Uma lei de curta duração, desejavelmente com forte adesão e sem repetição à vista. É assim a proposta do Banco Nacional de Angola para o Regime Extraordinário de Regularização Tributária e Cambial, uma peça legal que permitirá o repatriamento de capitais não declarados sem qualquer tipo de penalização fiscal, cambial ou criminal.

O Governo tem na mira os cerca de 30 mil milhões USD de origem angolana que, segundo as estimativas do

BNA, estão depositados no exterior.

Esta é uma das duas propostas de lei que, de acordo com a agência Lusa, deverão ser discutidas na Assembleia Nacional em Fevereiro próximo, e aquela que deverá vingar, uma vez que contará com os votos favoráveis dos deputados do partido que suporta o Governo, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A outra proposta foi apresentada pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), maior partido da oposição.

O perdão fiscal é uma medida excepcional já implementada em vários países, com diferentes níveis de êxito, mas sempre com “balanço positivo”, sublinha Rúben Brigolas, associado sênior da PLMJ Angola Desk. O jurista recorda o exemplo português. “Houve três planos semelhantes [Regime Excepcional de Regularização Tributária], tendo o terceiro verificado a maior adesão. Comparativamente, o primeiro plano

teve menor adesão, mas depois o regime foi-se adequando e acabou por verificar-se uma afluência de cerca de 250 milhões EUR, de acordo com informação publicamente divulgada.”

Na proposta do BNA, pode ler-se que o regime especial que o banco central propõe “acompanha a tendência mundial dos países que adoptaram recentemente programas” de declaração voluntária, “com isenções ou cobranças de taxas simbólicas, para a regularização de recursos, bens ou direitos, isto é, de elementos patrimoniais localizados no exterior e não declarados, de acordo com a legislação fiscal vigente.” Segundo a proposta do banco central, os contribuintes, particulares ou empresas, que decidam declarar e repatriar voluntariamente capitais e património financeiro colocados “ilegalmente no estrangeiro” ficarão isentos de quaisquer taxas ou multas. Mais: não lhes será imputada qualquer responsabilidade criminal. Ou seja, estamos perante um

perdão pleno. O BNA garante, ainda, que “não haverá perguntas sobre a origem dos capitais”. Os recursos repatriados ao abrigo deste regime serão usados “em benefício da economia nacional – investimentos em empresas geradoras de bens, serviços e criação de emprego”, prevê a proposta. Ao mesmo tempo, perspectiva-se uma melhoria ao nível das receitas de impostos. Será de esperar que Angola volte, em breve, a promulgar leis de perdão fiscal? Rúben Brigolas acredita que esta é “uma medida isolada”. Contudo, acrescenta, “não se exclui a possibilidade de melhorar a técnica legislativa de implementação de mecanismos de cooperação judiciária e de troca de informações que serão necessários. Isto poderia desencadear um diploma em 2019 já mais adaptado. Para já, nada aponta nesse sentido”.

O Presidente João Lourenço também não deixa, por agora, indicação de que uma medida semelhante esteja na calha. No final do ano passado deixou um

aviso bem claro para quem não aproveitar o período de seis meses para repatriamento de capitais que o novo diploma irá criar: “Fim do esse prazo, o Estado angolano sente-se no direito de considerar dinheiro de Angola e dos angolanos e, como tal, agir junto das autoridades dos países de domicílio para tê-lo de volta e em sua posse.”

Apesar da firmeza da afirmação presidencial, Rúben Brigolas não exclui que, “no próximo ano, volte a existir uma lei deste género, eventualmente já mais adaptada e considerando o (in)sucesso da sua antecessora. O grande objectivo destes diplomas é a recolocação dos elementos patrimoniais no respectivo país e a sua correcta inserção no sistema fiscal. Quanto mais isto acontecer, mais sucesso terá o diploma”, sublinha. Para o Estado angolano, as vantagens desta ‘janela’ de oportunidades são óbvias: o regresso de capitais ao País e “uma melhor e maior visão de controlo dos seus contribuintes

Overview

e dos seus efectivos rendimentos, o que é essencial", considera o jurista.

Ao trazer para Angola estes capitais não declarados e depositados no exterior, o Governo garante que esses mesmos activos – e os contribuintes que os detêm – passarão a estar no ‘radar’ da administração fiscal. Ao fazê-lo, caminha-se, também, no sentido de uma maior transparência e justiça fiscal.

De acordo com o mesmo jurista, "o custo-benefício desta iniciativa legal pode ser bastante interessante". Todavia, deixa um alerta: "Resta ver como é que esta lei será regulamentada e que outros tipos de ferramentas adicionais serão colocados na mesa para o efectivo controlo e supervisão dos contribuintes que, eventualmente, possam estar em incumprimento. Esse é um dos pontos essenciais do sucesso do diploma." Na proposta do BNA, que refere leis semelhantes aplicadas noutros países – "EUA, Espanha, Portugal, Rússia, Argentina, Gana, Nigéria, África do Sul entre outros" – todos, sublinha o BNA, "com êxitos evidentes, ao assegurar as condições para introduzir medidas de controlo mediante trocas automáticas de informações". Ouseja, Angola irá apostar na troca de informação para identificar incumprimentos futuros ou que não venham a ser regularizados com a nova lei. Para estes, a proposta é bem clara e prevê ‘mão pesada’. O ponto 6 do diploma apresentado pelo banco central sublinha que a falta de entrega de declaração dos elementos patrimoniais em incumprimento, assim como eventuais omissões ou inexactidões detectadas nessa declaração, implicará o pagamento de uma multa, em caso de comprovada negligência. Sempre que for provado dolo aplicar-se-á uma multa correspondente a 50% do valor do imposto que seria devido pelos rendimentos omissos ou inexactos.

A proposta da UNITA

A UNITA, principal partido da oposição, também entregou à Assembleia Nacional uma proposta de perdão fiscal, o Regime Extraordinário de Regularização Patrimonial que não prevê um perdão tão amplo quanto a proposta do BNA. A UNITA sugere a aplicação de uma taxa de 45% sobre os capitais que venham a ser declarados. De acordo com a agência Lusa, este regime "aplica-se a todos os elementos patrimoniais quer se encontrem ou não em território angolano, em 30 de agosto de 2017".

Esta proposta prevê que os contribuintes que decidam declarar património ainda não tributado, e que paguem a taxa de 45% proposta, não serão alvo de qualquer sanção fiscal ou legal.

A UNITA propõe que este regime de excepção se mantenha em vigor até final de novembro de 2018 e que as receitas arrecadadas ao abrigo desta lei sejam canalizadas para o Fundo de Erradicação da Pobreza. **M**

ENTREVISTA

“Há uma amnistia fiscal, cambial e também criminal”

O jurista Rúben Brigolas, associado sénior da PLMJ Angola Desk, considera o perdão fiscal positivo e sublinha que é uma oportunidade que os contribuintes incumpridores devem aproveitar. A sociedade de advogados PLMJ sublinha que “todos os comentários são estritamente baseados no texto a que tivemos acesso, o qual não sabemos em que medida é uma versão final. Em qualquer caso, pela relevância da matéria, aceitamos pronunciarmo-nos sobre aspectos do mesmo”.

Quais são as principais diferenças entre esta proposta de lei e as outras já aplicadas noutros países?

Este tipo de iniciativas não é novo e já foi feito noutros países. Contudo, esta proposta de diploma vai um passo além, porque confere um perdão total fiscal e cambial, consagrando ainda uma norma específica onde se refere que a responsabilidade criminal relacionada com os activos é excluída. Há, assim, uma amnistia fiscal, cambial e também criminal.

Qual é a principal virtude deste tipo de leis?

É permitir aos particulares e às sociedades que, de alguma forma possam estar em incumprimento – por vários motivos, incluindo por simples negligência –, a possibilidade de trazerem activos para Angola e regularizarem a sua situação. É uma dupla benesse, porque não só regularizam as suas situações, como têm um perdão fiscal. E isto é uma grande vantagem.

Para o Estado angolano, as vantagens também são óbvias...

Sim. É uma tentativa de o Governo angolano e do Presidente da República de Angola de trazer activos que deveriam de estar em Angola e que não estão, independentemente da causa. Esta lei visa permitir que os indivíduos e entidades em incumprimento repatriem os elementos patrimoniais para Angola. De igual modo, indirectamente, acaba por ser uma chamada de atenção. A manter-se a redacção, o que o legislador está a querer dizer, também, é que sabe que existem esses valores não declarados e que irá fazer cumprir a lei, como já referiu o presidente João Lourenço.

Que mecanismos estão ao alcance do governo angolano para detectar estes activos não declarados?

Passará muito pela implementação de novas políticas de troca de informação a nível estatal e procedimentos inerentes às mesmas previamente à troca de informações. É essencial para o Estado angolano ser capaz de obter informações sobre o eventual incumprimento das leis fiscais e cambiais. Caso contrário, a capacidade do Estado de fazer cumprir esse regime pode ficar prejudicado caso os indivíduos e entidades decidam permanecer em incumprimento. Esta lei será regulamentada e antecipamos um enquadramento futuro em termos dessa troca de informação financeira internacional.

Em Portugal já existiram várias leis de perdão fiscal. Não existe o risco de os incumpridores considerarem que o crime compensa, ficando com a sensação de que este tipo de leis irá repetir-se?

O legislador terá tido esse elemento em consideração, mas na criação deste regime está a prevalecer, neste momento, o resultado que a regularização e perdão dos ilícitos e irregularidades permitem, que basicamente é a chegada de montantes relevantes à economia angolana. Para nós, é óbvio que é um regime excepcional e que resulta de uma situação de crise. Em períodos excepcionais são necessárias medidas excepcionais, como se o resultado pretendido prevalecesse sobre os meios para o atingir.

O acesso a divisas e a capacidade de pagamentos, em especial os pagamentos externos, são limitados neste momento em Angola. Este facto, acrescido da tendência de desvalorização da moeda

angolana, não poderá ser um desincentivo ao repatriamento de capitais?

Acredito que todos os elementos são relevantes para os agentes económicos. A falta de flexibilidade que advém dos condicionalismos económicos e financeiros que Angola atravessa pode ser um elemento relevante. Contudo, esses argumentos, no enquadramento geral desta lei, que acreditamos que irá ser implementada, perdem para outros como o risco de um agravamento futuro da responsabilização criminal e fiscal. A situação de capitais no exterior não declarados deve sempre tender para o cumprimento integral da lei cambial e fiscal. Depois, se as respectivas operações cambiais são realizadas com maior ou menor facilidade, é uma preocupação posterior, é um nível secundário. O prioritário é cumprir a lei cambial e fiscal que já existe. Este novo regime permite garantir cumprimento com essas mesmas leis sem qualquer penalização fiscal ou criminal.

Qual é a sua expectativa, após a promulgação da lei? Vai haver um aproveitamento massivo desta oportunidade?

É um regime novo para Angola e acho que vai haver alguma adesão. Confesso que estou curioso no que concerne à regulamentação do diploma. No fim do dia vamos ter dois tipos de contribuintes que potencialmente se podem fazer valer da lei: os que querem regularizar e os que preferem manter o risco de incumprimento. Se as sanções e os mecanismos de implementação e verificação não forem bem coordenados, o desiderato do legislador poderá ficar aquém das expectativas. Se os mecanismos de fiscalização e supervisão de controlo desta lei forem fortes, tão mais forte será a adesão.



SUPLEMENTO

M+

Exposição colectiva
**‘Impressões
& Expressões’
de 2017 em
retrospectiva**



7 dias > 7 propostas

Há muito tempo, no século passado, os jogos de vídeo jogavam-se fora de casa e do sofá. Era preciso andar até ao salão de jogos mais próximo para impressionar os amigos com os dotes no *Pac Man* ou no *Space Invaders*. A nostalgia é agora recuperada no espaço The Subculture Archives, em Londres.

Do outro lado do Atlântico, Nova Iorque é também palco de um jogo, uma mistura de teatro interactivo com turismo urbano e caça ao tesouro. Aqui mais perto, na África do Sul, o imitador Dantanio mostra os seus dotes de cantor e dançarino na pele de Michael Jackson.

1.

A história dos videojogos

Os videojogos tinham outro encanto quando éramos obrigados a sair de casa para os jogar. O espaço The Subculture Archives, em pleno Soho londrino, celebra até 11 de Fevereiro a história dos *videogames*, disponibilizando mais de 50 máquinas de jogo dos anos 1980 e 1990, desde o *Pac Man* ou os *Space Invaders* até às *Teenage Mutant Ninja Turtles* ou o *Donkey Kong*.

Saiba mais em: <http://www.youthclubarchive.com/video-games/>



2.



Cinema em alemão

O Cinema São Jorge, em Lisboa, recebe até 24 de Janeiro a 15.ª edição da KINO - Mostra de Cinema de Expressão Alemã, uma selecção dos filmes oriundos de Alemanha, Áustria, Suíça e Luxemburgo que mais se destacaram no ano passado. A secção principal conta com 16 longas-metragens, a que se junta uma secção de documentários e curtas-metragens de animação.

Saiba mais em: <https://www.goethe.de/ins/pt/pt/kul/sup/kin/fil.html>

3.



Uma aventura em NY

Mistura de teatro com caça ao tesouro, *Accomplice - The Show* proporciona uma espécie de aventura interactiva por vários locais de Nova Iorque, onde as vistas são apreciadas com um toque de intriga em programas de três horas que passam por vários locais da Grande Maçã, de Lower Manhattan a Greenwich Village.

Saiba mais em: <https://www.accomplicetheshow.com/>

4.



Acção com Liam Neeson

A meia-idade transformou Liam Neeson num herói de acção - ver a saga *Taken* - e o último exemplo chega nesta semana aos cinemas nacionais: em *The Commuter* - *O Passageiro*, o actor irlandês veste o fato de um vendedor de seguros que vê a sua viagem diária para o emprego transformar-se num perigoso *thriller*...

Saiba mais em: <https://www.thecommuter.movie/>

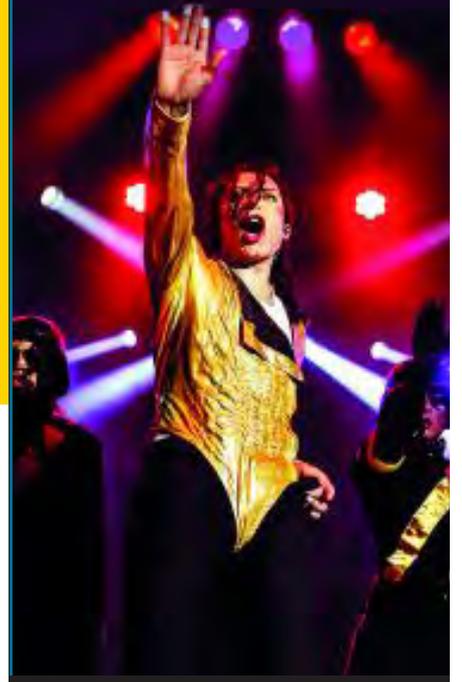
5.

Recordar Michael Jackson

Dantano ficou famoso pela imitação perfeita de Michael Jackson que levou um pouco por todo o mundo. *The Michael Jackson History Show* chega agora à Cidade do Cabo, onde poderá ser visto no Artscape Theatre Centre até 9 de Fevereiro.

Saiba mais em: <http://mjhistryshow.com/>

A Marginal de Luanda (em frente ao monumento a Agostinho Neto) é palco, nos dias 25 e 26, do Fest Show Cidade de Luanda. A partir das 15h, com entrada livre.



6. Parques temáticos a fingir

O parque temático, essa invenção norte-americana exportada para todo o mundo, é também feito de locais que, na realidade, não existem fora dos ecrãs de cinema ou televisão. A Gallery 1998, em Melrose, Los Angeles, apresenta uma série de obras inspiradas em parques temáticos imaginários, desde o clássico Parque Jurássico ao moderno *West World*. Para ver até 27 de Janeiro.

Saiba mais em: <https://nineteeneighty.com/pages/upcoming-shows>

7.

Para o astrónomo instantâneo

Dá pelo nome de Vaonis Stellina e é um telescópio inteligente, capaz de tirar fotos ao céu nocturno só com um toque no botão. Vem, naturalmente, com uma *app* incluída, e é possível programar a constelação que queremos fotografar. Custa 1999 EUR.

Saiba mais em: <https://vaonis.com/telescopes>

Uma colectânea composta por 27 quadros de vários artistas plásticos angolanos está exposta, em Luanda, na sede da União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP). A mostra está patente até 31 de Janeiro.



TEMA DE CAPA



Sete artistas passam em revista mostras de 2017

A exposição colectiva *Impressões & Expressões* é a proposta da galeria de arte Tamar Golan para o 'arranque' da temporada de 2018, para além de passar em retrospectiva o ano passado.

POR REDACÇÃO FOTOS CARLOS MUYENGA



D

uas dezenas de trabalhos de sete artistas plásticos angolanos sobressaem na primeira exposição da Galeria Tamar Golan, da Fundação Arte e Cultura, em Luanda, em 2018. A mostra está aberta desde o último dia 12 de Janeiro e fica 'em cena' até ao próximo dia 29.

A exposição colectiva, intitulada *Impressões & Expressões*, junta obras de um grupo que representa a nova vaga de artistas plásticos e que marcou a temporada passada: Bolondo, Fernando Lucano, Domingos Makengo, Júlio Madika, Mumpasi Meso, Kabu e Jardel Selele. *Impressões & Expressões* é também uma oportunidade para estes artistas promoverem a venda de trabalhos já expostos em mostras individuais e colectivas, pela primeira vez nas suas carreiras, ao longo de 2017. Domingos Makengo, por exemplo, fez a sua primeira exposição, designada *Nzila* ('caminho', em língua nacional kikongo), que marcou a abertura do programa de exposições de arte contemporânea daquela casa de cultura. Seguiram-se Bolondo, Fernando Lucano e outros. As obras, em acrílico e óleo sobre tela, podem ser adquiridas, de acordo com os expositores, a preços que variam entre os 100 mil Kz e os 400 mil Kz.

Sobre a abertura da temporada de 2018, o director de comunicação do Grupo Mitrelli e coordenador da Fundação Arte e Cultura, Fernando Ferreira, afirma que, desde a sua criação, a galeria de arte contemporânea da Fundação tem tido uma "contribuição muito positiva para o crescimento e divulgação das artes plásticas angolanas".

"A Tamar Golan é um catalisador que tem estimulado a classe artística em Angola, e em particular os jovens, a criar", salienta. Ainda segundo o coordenador da Fundação, que destaca a contribuição dos parceiros da organização para o crescimento das artes plásticas no País, esta exposição colectiva "é a melhor forma de a Tamar Golan começar a temporada de 2018", durante a qual "haverá muitas exposições, muita qualidade e algumas surpresas".

A Galeria Tamar Golan é um projecto cultural alternativo, sem fins lucrativos, que visa promover as artes plásticas angolanas e apoiar jovens talentos, que de outra forma dificilmente teriam uma oportunidade. Criada em 2013, a galeria está situada na histórica baixa de Luanda, na Rua Rainha Ginga, n.º 187, no edifício conhecido como Edifício das Embaixadas (por detrás da Pinto Basto). Todas as receitas da galeria são canalizadas para os projectos sociais da Fundação.

Através da Fundação Arte e Cultura, o Grupo Mitrelli dá um contributo de responsabilidade social ao País. Conta, nesta iniciativa, com o apoio de parceiros estratégicos, como o Grupo Sical (Andrades), a agência de comunicação OnTime e o Luanda Medical Center. **M**



LIFE & ARTS



Perrier-Jouët, o champanhe do amor

Fruto de uma história de amor, com mais de 200 anos, esta *maison* tem percorrido mundo.

POR NILZA RODRIGUES FOTOS DR

A

délaide Jouët e Pierre-Nicolas Perrier escreveram uma história de amor que perdura há 200 anos e que começou com um sonho: fundar uma autêntica *maison* de champanhe para a criação de um champanhe único.

Passados mais de dois séculos, este autêntico champanhe de características elegantes e florais apela ao romance neste Dia dos Namorados,

sugerindo um *flute* de Perrier-Jouët a acompanhar uma refeição especial, como forma de celebração. Fomos conhecer a sua história. E as suas outras histórias.

Especial entre os especiais

Com um estilo único, que aposta em motivos florais, cada *cuvée* é minuciosamente trabalhada, como uma renda de seda, revelando o estilo elegante e lapidado da Maison Perrier-Jouët. Prova disso são os produtos criados para acompanhar cada garrafa de champanhe. Falamos, por exemplo, da Árvore Encantada, idealizada por Tord Boontje, que serve para suportar a garrafa remetendo, uma vez mais, para motivos românticos e florais. Também a garrafa Belle Époque, considerada uma obra de arte graças ao seu *design* criado em 1902 por Émile Gallé, pioneiro francês do movimento de Art Nouveau, e cujo padrão floral esmalte representa uma anêmona japonesa. A mesma anêmona reflecte também a forma de um *bouquet* floral, simbolizando a riqueza e a estrutura dos vinhos. Mas a qualidade e o toque de requinte que se obtém a cada prova e que fazem com que este champanhe tenha sido considerado único por celebridades como Napoleão

III, Leopoldo I da Bélgica e Orson Welles, e seja apreciado em espaços *premium* como o Harvey Nichols Bar, The Royal Opera House, ambos em Londres, o La Rinascente, em Milão, o Club A, em São Paulo, e o Parfum, em Pequim, devem-se à riqueza das suas vinhas, situadas no coração do “triângulo mágico” da região de Champanhe: Cramante Avize, Aye Dizy, Mailly. A par desta fabulosa localização, a técnica de produção levada a cabo pela Perrier-Jouët em muito se assemelha à destreza de um ourives. A Casa – ou Maison – Perrier-Jouët tem uma enorme experiência na selecção e no trabalho com crus sempre com o objectivo de criar *cuvées* de grande precisão. Os crus individuais são mantidos separados em cubas de pequena capacidade, preservando as suas características individuais e respectivos *terroirs*. Na Perrier-Jouët, a selecção do Pinot Meunier – que é posteriormente adicionado ao cru – é feita de forma bastante meticulosa: quando escuriosamente seleccionado o carácter complexo desta casta, obtém-se estrutura e harmonia no resultado final, conseguindo ter um vinho com qualidades excepcionais, quer refinadas, quer generosas, bem como subtis, com muito charme e elegância.

A fazer champanhe desde 1975

Criado em 1975, o Grupo Pernod Ricard, co-líder mundial na distribuição de vinhos e bebidas espirituosas, possui um dos portefólios mais prestigiantes de marcas do seu sector: Absolut, Jameson, Bee-feater, Ricard, Ballantine’s, Chivas Regal, Royal Salute, The Glenlivet, Mumm, Perrier-Jouët e Macieira. Com cerca de 18 000 colaboradores em todo o mundo, o Grupo Pernod Ricard apoia-se numa organização descentralizada e encontra-se fortemente empenhado numa política de desenvolvimento sustentável e, nesse sentido, promove uma política de consumo responsável. A estratégia e as ambições da Pernod Ricard assentam sobre três valores-chave que orientam o seu plano de desenvolvimento: espírito empreendedor, confiança mútua e um forte sentido ético. ■



TAAG
APRESENTA



A SUA VIAGEM AGORA EM 3 PASSOS E MAIS CONFORTÁVEL



MAIS RÁPIDO MAIS FÁCIL MAIS SIMPLES

Reserve já através da sua **agência de viagens habitual**, na sua **agência TAAG** preferida ou ligue directo para o **923190000**.
Pode ainda comprar o seu bilhete através do nosso website em **www.taag.com!**



Call Center: 923190000
www.umbiumbiclub.com

TAAG



**LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
ANGOLA AIRLINES**

A sua companhia de sempre.

NEGÓCIOS DO OUTRO MUNDO



Carvão amigo do ambiente desenvolvido no Níger

Chamam-lhe 'carvão verde'. É feito a partir de plantas como o jacinto-de-água e a malva-branca e não emite fumo durante a combustão.

POR FERNANDA MIRA FOTOS DR

Trés estudantes nigerianos desenvolveram a fórmula para a produção de carvão ecológico, o já apelidado de 'carvão verde'. Feito com resíduos de plantas como palha, jacinto-de-água e malva-branca, este carvão não emite nenhum fumo nocivo durante a combustão.

Idrissa Zakari, Moussa Harouna Haladoue e Aminatou Barazé são os estudantes da Universidade de Niamey que inventaram o 'carvão verde' que está, actualmente, em fase de desenvolvimento. Este combustível ecológico destina-se a substituir a lenha, o combustível mais utilizado em todo o continente.

Feito a partir de resíduos de plantas, este carvão tem a particularidade de não emitir nenhum fumo durante a sua utilização.

Lançado em 2014, este projecto inovador tem por base processos biológicos para garantir a exploração de combustível sem afectar o meio ambiente. Outro dos objectivos deste projecto é combater o desflorestamento e salvar o que ainda resta da floresta que envolve o deserto do Níger. Note-se que três quartos deste país são deserto. Refira-se que, no Níger, 80% das necessidades energéticas da população são satisfeitas pela queima de lenha.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), cerca de 129 milhões de hectares foram destruídos nos últimos 25 anos em todo o mundo. Ainda segundo dados da FAO, cerca de 90% da lenha e do carvão do mundo são consumidos nos países em vias de desenvolvimento. Há estimativas que sugerem que 138 milhões de famílias pobres gastam 10 mil milhões USD por ano em produtos relacionados com a energia, como carvão, velas, querosene e lenha.

Os três estudantes integram a organização não-governamental Niger Vert e propõem que o novo carvão seja vendido a 150 francos CFA por quilo. Estes jovens empreendedores pretendem expandir o uso do carvão verde e procuram, agora, o apoio do governo e de parceiros privados para que seja possível integrar a sua descoberta numa fase de industrialização, por forma a conquistarem novos mercados, nomeadamente nos países vizinhos, como Nigéria, Chade ou Mali.

Este mesmo registo de experimentação está a ser efectuado noutros países de África, como o Chade e os Camarões. No Chade, os briquetes de carvão são produzidos a partir de cascas de semente de algodão misturadas com amido de mandioca, sendo comercializados com o nome de Faam. Nos Camarões existe o MegaEcofire, um carvão ecológico fabricado pela Kemit Ecology a partir de resíduos orgânicos domésticos biodegradáveis. O projecto da *startup* camaronesa foi distinguido com o prémio Iniciativa Climática, no COP 22, realizado em Marrocos. **M**

MRConsulting
COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E REPUTAÇÃO

MORADA
RUA COMANDANTE STONA Nº 103/105
BAIRRO ALVALADE - LUANDA
REPÚBLICA DE ANGOLA

TELEF.
+244 222 721 738 / +244 941 621 704

EMAIL
GERAL@MRCONSULTING.CO.AO

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA A 360°



- 1** **ASSESSORIA DE IMPRENSA MEDIA RELATIONS**
CONSULTORIA DE COMUNICAÇÃO • MEDIA RELATIONS • COMUNICAÇÃO INTERNACIONAL • PREVENÇÃO/GESTÃO DE CRISE
- 2** **APOIO AO GABINETE DE COMUNICAÇÃO POSICIONAMENTO E ACONSELHAMENTO ESTRATÉGICO**
POSICIONAMENTO MEDIÁTICO • CONSULTORIA DE IMAGEM • MEDIA TRAINING
- 3** **PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS TV, RÁDIO, REVISTA**
TELEVISÃO • RÁDIO • PUBLICAÇÕES
- 4** **PRODUÇÃO E COORDENAÇÃO DE EVENTOS ACÇÕES DE COMUNICAÇÃO**
APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE ACÇÕES EM CURSO • SUGESTÃO DE NOVAS ACÇÕES

BRUNCH WITH...



**O digital é muito mais poderoso do que o físico.
Mas, no nosso País, ainda não se dá a devida importância a isso**



Fátima Almeida

Assume-se como uma “cidadã do mundo” e lançou, em 2016, o BAYQI, uma plataforma de e-commerce que não pára de crescer em adeptos e negócio. O segredo de tudo na vida, diz, está em nunca desistir. O caminho é sempre em frente.

POR EDJAIL DOS SANTOS | FOTOGRAFIA NJOI FONTES

“Sou uma *hard worker*, uma pessoa que acredita na evolução das pessoas e das coisas”

A ligação ao empreendedorismo falou mais alto quando Fátima Almeida teve necessidade de comprar uma peça de roupa, isto em 2014. Havendo, então, pouca oferta de serviços *online* no País, decidiu avançar com o projecto BAYQI, uma plataforma de *e-commerce*, para colmatar a falta de vendas de produtos via *web*, que lançou em 2016. Hoje, o BAYQI é um dos portais de *e-commerce* mais procurados do País.

Aos 30 anos, Fátima Almeida, que se assume como persistente e ambiciosa, define que a sua meta para os próximos cinco anos é cotar a plataforma no NASDAQ, na bolsa de Nova Iorque.

Considera-se uma “cidadã do mundo”, porque passou boa parte da sua vida entre o Reino Unido e Portugal, tendo regressado a Angola em 2014, para ter a sua primeira experiência de trabalho no País como directora de *marketing* do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores.

A iniciativa tem influência dos países onde viveu e onde estudou Comunicação, Jornalismo e Fotografia. Depois, “bateu a curiosidade” de querer saber mais sobre Economia, e inscreveu-se em Economia do Jogo numa universidade de Manchester, tendo sido a única mulher estrangeira graduada nesse curso. “Sou uma *hard worker*, uma pessoa que acredita na evolução das pessoas e das coisas. Com persistência e objectivos na vida, atingimos o sucesso, porque todos conseguimos fazer coisas grandes. O importante é saber o caminho a percorrer, não é fácil, mas desistir não pode ser opção”, afirma, enquanto saboreia um chá preto.

O segredo de saber gerir

Qual o segredo para manter motivados os colaboradores? “Antes de gerir a empresa, tem de se saber gerir as pessoas à volta, porque o sucesso de tudo é saber ouvir, ajudar, motivar as pessoas todos os dias. Elas têm de saber que o sucesso também é delas, e nisso haverá retorno”, afirma. Actualmente, o BAYQI tem 24 colaboradores, dos quais 15 em Angola, seis em Portugal e três na Índia, explica, com orgulho, a também economista.

Falar dos números da sua empresa não lhe dá conforto, ainda mais num mercado “onde se escondem as estatísticas”. Ainda assim, revela que, no BAYQI, o investimento “foi essencialmente em capital humano”, para além de cerca de 10 milhões Kz de capital inicial.

“Hoje, a plataforma está avaliada em mais de 200 milhões Kz. O digital é muito mais poderoso do que o físico, mas, no nosso País, não se dá a devida importância a isso”, afirma. “Precisamos de investidores que entendam do negócio e lhe agreguem valor”, defende a gestora.

Ainda assim, diz que não vê dificuldades, mas, sim, muitos desafios pela frente, num mercado que, segundo os seus cálculos, começa a crescer bastante. “É só entrarmos no Facebook, encaramos grupos de vendas de produtos e serviços. Calculo que o mercado angolano de *e-commerce* já movimenta mais de 10 milhões USD anualmente”, arrisca a nossa convidada.

Fátima Almeida vislumbra, assim, muitas oportunidades no mercado digital em Angola, e muito boas empresas, mas critica a falta de financiamentos, por haver falta de visão. “O investimento em equipamentos e *know-how* internacional para o *e-commerce* é alto, daí a necessidade de haver mais apoios, só assim grandes aplicações podem ser feitas em Angola”, sublinha. Mas dá o exemplo da sua plataforma para dizer que, com persistência, todos são capazes de vingar. “O BAYQI, três meses após o lançamento, já era auto-sustentável. Todos os dias é uma luta, negociamos com fornecedores. Temos de correr atrás, porque raramente acreditam nos nossos sonhos. No início, várias vezes fui chamada de louca, expulsa de reuniões, diziam que o meu projecto não tinha ‘pernas para andar’. Hoje somos auto-sustentáveis. Se não acreditasse em mim, não estaria aqui hoje.”

Orgulhosa das suas conquistas, revela que o BAYQI já entregou compras em 17 províncias de Angola, faltando apenas o Zaire. Nos primeiros 12 dias, conseguiram 133 inscritos, sendo que cada inscrição é tida como uma intenção de compra. Hoje, tem 5 mil potenciais clientes inscritos, mais de 100 mil seguidores e mais de 1 milhão de visualizações de vários pontos do mundo.

Pagamentos internacionais ajudam o negócio

Luanda, Cabinda, Uíge, Benguela e Huila lideram as vendas. “Inicialmente, o produto mais vendido eram sapatos. Chegámos a vender, mensalmente, 30 pares de sapatos-fivela. Hoje as fraldas Pampers vendem muito mais, por serem baratas”, explica, adiantando que o prazo de entrega de produtos vindos de Portugal é de oito a dez dias. Produtos nacionais, dois a quatro dias. Os produtos electrónicos também têm muita procura, estando o *stock* esgotado. Uma loja que tenha produtos electrónicos e entre na plataforma tem de se preparar, porque “as pessoas compram muito”. O iPhone, por exemplo, esgota rápido.

Mas nem tudo está bem. Por exemplo, a falta de uma solução de pagamento internacional ainda não está resolvida, estando previsto que esteja dentro de dois meses. “Nessa altura, teremos acordos com vários fornecedores internacionais e vamos colocar o mundo dentro do BAYQI, o que se vai reflectir nos preços do mercado nacional. Para facilitar as entregas, alguns países serão abastecidos por pontos estratégicos que vamos abrir na América do Sul, Europa e América do Norte”, avança.

Para Fátima Almeida, em Angola, o maior desafio do mercado é informar as pessoas, pois, “com mais informação, as pessoas teriam maiores conhecimentos” na área. “O *e-commerce* pode mudar a economia de Angola em todos os sentidos, porque somos um País que vive de importação e pode adquirir muitos equipamentos e produtos sem gastar com passagens, hospedagem e outros custos”, observa a economista.

Fátima Almeida aconselha a tomarmos os exemplos do Quênia e da Nigéria como referências do *e-commerce* em África, por estarem bem desenvolvidos na matéria. E garante que acredita que “o povo angolano tem mais capacidades e propensão para o uso destas plataformas. Somos cidadãos mais cultos, chiques, intelectuais e gostamos de novidades”. **M**

METAS E TENDÊNCIAS DA BANCA ANGOLANA EM 2018

Rumo

BUSINESS
INTELLIGENCE

**Sandro
Africano**

PCF DO BNI

Nova geração da **BANCA**
aposta nas **EMPRESAS**

Quando um negócio encontra o seu rumo passa do nada a tudo. Por isso, a Rumo voltou com mais força e um maior conhecimento dos mercados, dos negócios, das empresas, das pessoas e dos mecanismos de gestão. Voltou para informar, transformar e indicar quais as melhores práticas no presente e no futuro.

Rumo

BUSINESS INTELLIGENCE

Indica o caminho.

Management

Biocom Certificação internacional

O Laboratório Agrícola da Biocom recebeu o segundo certificado internacional de qualidade, atribuído pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba/São Paulo, no Brasil. A agroindústria angolana, única do continente africano a participar no programa, ficou em quinto lugar entre 150 laboratórios participantes.

(DES)IGUALDADE DE GÉNERO

Citigroup revela diferença salarial entre homens e mulheres de 1%

No processo de análise, o banco teve em conta factores como a natureza da função, o nível do cargo e a localização geográfica.

POR ANA SANLEZ*

É uma acção inédita em Wall Street. Nesta segunda-feira, o Citigroup revelou dados sobre as diferenças salariais praticadas no banco entre homens e mulheres.

O valor está muito abaixo da média dos Estados Unidos, que ronda os 20%

O resultado não envergonha: as funcionárias do Citigroup ganham menos 1% do que os trabalhadores do sexo masculino. Um valor muito abaixo da média dos Estados Unidos, que ronda os 20%.



O grupo revelou ainda que os funcionários que pertencem a minorias étnicas, e trabalham nos EUA, ganham menos 1% face aos não minoritários. As informações foram reveladas aos trabalhadores do Citigroup pelo director de Recursos Humanos, Mike Murray. Os dados dizem respeito apenas às sucursais de EUA, UK e Alemanha.

“A igualdade salarial é um princípio muito importante para o Citi. Temos feito inúmeros esforços no sentido de cumprir esse princípio”, sublinhou Mike Murray, numa nota enviada aos funcionários do grupo. No processo de análise, o banco teve em conta factores como a natureza da função, o nível do cargo e a localização geográfica.

A medida surge na sequência de um pedido do accionista Arjuna Capital. Natasha Lamb, representante da Arjuna Capital, sublinhou que, ao divulgar os dados, o Citigroup “está a assumir uma posição de liderança na questão das diferenças salariais nunca vista em qualquer outra instituição financeira dos EUA”. A responsável

destacou ainda que este é “um ponto de viragem” em Wall Street. O Citi terá de publicar em breve as informações relativas apenas à operação no Reino Unido, ao abrigo de uma nova lei britânica que obriga as empresas com mais de 250 funcionários a revelar as diferenças salariais entre géneros.

* Dinheiro Vivo **M**

PUB

SERVIÇOS EXCLUSIVOS

- Lavagem a Seco Engomar
- Anti - Traças
- Anti - Ácaros
- Máxima Acabamentos
- Super Vinco
- Impermeabilização
- Costuras

Seguros

ENSA, 40 ANOS

O retrato da primeira e única companhia pública de seguros

Durante 40 anos, a ENSA garantiu a gestão e a protecção financeira de grandes riscos segurados em Angola.

POR ESTÊVÃO MARTINS
estevao.martins@mediarumo.co.ao

Em Abril de 2018 completam-se os 40 anos da criação da primeira companhia de seguros nacional, a ENSA, que monopolizou, em 1978, o mercado com a alienação das 26 seguradoras emanadas da era colonial, assegurando a gestão dos riscos.

A companhia líder do mercado, ao longo desses 40 anos, resistiu à evolução da história, adaptando-se às mudanças do mercado, enfrentando os desafios da concorrência e contribuindo para o crescimento do País, conforme elencou o *chairman* da seguradora.

Manuel Gonçalves, que falava na cerimónia de lançamento das comemorações dos 40 anos de actividade, nota que hoje a marca ENSA é profundamente reconhecida pela sua notoriedade e abrangência dos seus produtos.

“Somos hoje uma combinação perfeita entre uma empresa de capitais públicos, que tem vindo a ser referenciada pela tempestividade, o rigor, a transparência na prestação de contas e a solidez financeira, que nos confere *rating* internacional”, assegura.

Afirma ainda que, durante esses anos todos, a ENSA garantiu a gestão e a protecção financeira de grandes riscos segurados em Angola, como os

“Temos o modelo de *governance*, de risco, de controlo interno e de *compliance* adequados”

riscos referentes ao sector petrolífero, tendo igualmente assumido grandes responsabilidades por sinistros que ocorreram em diferentes áreas do País. Ainda neste período, fundamentalmente na primeira metade, assinala Manuel Gonçalves, no País não existia a cultura de seguros, e a organização que dirigiu contribuiu

para a promoção da literacia financeira.

“Não existia também no passado uma entidade de regulação de seguros, e é indiscutível afirmar que a ENSA influenciou e contribuiu para a criação de uma instância de fiscalização, o ISS – Instituto de Supervisão de Seguros, que deu origem a ARSEG – Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros.”

ENSA Futuro

A partir de 2007 deu-se início a um profundo processo de transformação denominado ENSA Futuro, que contou quatro fases distintas. A primeira, o Back on Track, decorreu entre 2007 e 2008. A segunda fase, denominada Transformar, deu-se de 2008 a 2009. Seguiu-se Evoluir, de 2009 a 2010, e Consolidar, entre 2010 e 2017.

“Fizemos também profundas transformações no plano tecnológico, procurando as melhores soluções no sentido de suportar o nosso modelo de trabalho e alavancar a expan-

são do negócio”, refere. Com efeito, ressalta, a companhia criou novos produtos e serviços, sendo pioneiros e inovadores nesta matéria, adaptando-se sempre às necessidades dos clientes.

Outra questão importante tem que ver com os investimentos significativos realizados no capital humano, através do recrutamento e da retenção de quadros, da formação e da aquisição de talentos. A seguradora dispõe de 633 trabalhadores, ao contrário dos 50 que tinha em 1978, a maioria proveniente das antigas companhias de seguro portuguesas.

Do número actual, 32% têm formação superior, 52% possuem formação média, e há apenas 16% com formação básica. Do total de funcionários, 37% são do género feminino, e 63% são do género masculino.

No âmbito da responsabilidade social, por exemplo, avança o *chairman*, a ENSA possui um fundo de pensões fechado, complementar à segurança social, e um fundo de em-

préstimos para os trabalhadores. Outra regalia é o acesso ao crédito bancário habitacional. Manuel Gonçalves indica que, só num banco, os trabalhadores da ENSA beneficiaram de cerca de 32 milhões USD de crédito à habitação.

Relativamente a produtos e serviços, a empresa tem sido inovadora e conta com a maior oferta do mercado, superior a 20 produtos. O responsável máximo da ENSA recorda que existem no mercado quatro co-seguros especiais, e todos eles são geridos e têm como líder a ENSA. Trata-se do co-seguro dos petróleos, da aviação pública, dos riscos da exploração diamantífera e a gestão dos riscos concernentes à actividade agrícola.

“Temos o modelo de *governance*, de risco, de controlo interno e de *compliance* adequados, e somos a única companhia presente em todo o território nacional”, afirma.

Passados 40 anos, a companhia conta cerca de 30 agências nas 18 províncias do País, além de outros canais de distribuição. Há 40 anos,

por exemplo, a seguradora detinha apenas os escritórios centrais localizados em Luanda, e em 1980 teve início o processo de abertura de agências fora de Luanda. Em 2017, a companhia realizou jornadas de reflexão que contaram com a participação de 600 trabalhadores, onde foram definidos seis grandes objectivos estratégicos a alcançar entre 2018 e 2020.

O primeiro é manter a liderança do mercado segurador angolano. O segundo visa manter uma maior proximidade com o cliente e maior especialização da oferta por segmento. O terceiro objectivo é o de ter um maior envolvimento com a marca ENSA e o reforço da fidelização com os clientes.

O quarto objectivo é de ser o exemplo na qualidade de serviços prestados aos segurados. O quinto tem que ver com o reforço da componente digital, e o sexto objectivo estratégico é o reforço a cultura de excelência e orientação para o negócio, numa organização de base meritocrática. **M**



Manuel Gonçalves, PCA da ENSA, ao centro, com membros da administração

YouTube

Novas regras

O YouTube informou que passou a ter novas regras de monitorização e maior transparência para os anunciantes. Em comunicado, esclarece que os novos canais do YouTube precisam de ter 1000 subscritores e mais de 4000 horas de tempo de visualização nos últimos 12 meses para poderem ser elegíveis para anúncios.



RESULTADOS E DESAFIOS

Novos contratos petrolíferos asseguram crescimento da ENSA

Seguradora estatal deve fechar contas de 2017 com 12% de crescimento, em linha com o plano estratégico.

POR ESTÊVÃO MARTINS
estevao.martins@mediarumo.co.ao

A ENSA Seguros obteve, nos primeiros nove meses do ano transacto, resultados líquidos avaliados em 669,2 milhões Kz, num total de 37,9 mil milhões Kz de prémios brutos emitidos, indicou nesta semana o *chairman* da companhia. Manuel Gonçalves acredita, ainda, que os três grandes concursos alusivos ao sector petrolífero, da qual a ENSA saiu vencedora, em Dezembro último, vão potenciar as contas da empresa e manter o nível de crescimento em 2018. “Estes três contratos demonstram o rigor, o dinamismo e as potencialidades que a nossa empresa tem, ao concorrer com as demais empresas internas do sector”, confia.

Durante os três primeiros trimestres de 2017, os custos com indemnizações a clientes foram de 21 mil milhões Kz. O responsável refere que em 2016 a ENSA teve um crescimento de

11%, em termos de prémios brutos emitidos, e um crescimento de 44% no que concerne a resultados líquidos.

No entanto, para 2017, apesar de estar ainda a decorrer o processo de fecho de contas, a previsão de crescimento da seguradora está em linha ao plano estratégico e de negócios da empresa, que é de 12%, segundo Manuel Gonçalves.

Esta, aliás, como destaca, tem sido a média de crescimento habitual,

Custos com indemnizações a clientes foram de 21 mil milhões Kz em 2017

mesmo em situação de crise, o que é bastante satisfatório para uma companhia que quer manter-se na liderança do mercado.

Desafios

Um dos desafios da ENSA para os próximos anos, que estão alinhados aos seus objectivos estratégicos, tem que ver com a qualidade dos quadros, não da companhia, mas também do sector segurador, de uma maneira geral.

O segundo desafio, aponta Manuel Gonçalves, está relacionado com o aumento da cultura de seguros do País. Acrescenta que o terceiro são aqueles que decorrem das crises cíclicas que vão acontecendo na economia e que afectam, de forma particular, o sector segurador e diminui o poder de compra da população, por exemplo.

A seguradora tem ainda, entre os seus desafios, continuar a atrair a gestão de mais fundos de pensões fechados, por forma desenvolver o mercado e garantir uma vida futura sem percalços aos seus participantes.

Em relação ao co-seguro dos petróleos, da qual a ENSA é líder, o responsável máximo da seguradora diz que aguarda pela definição do modelo futuro de gestão por conta da ARSEG. “Enquanto isto, vamos continuar a liderar uma partilha de riscos com os moldes antigos em que participamos das demais seguradoras”, esclarece.

Para o seguro agrícola, Manuel Gonçalves confirma ter recebido a autorização da ARSEG para comercialização do seguro fora do programa-piloto à cargo do regulador. Neste âmbito, conforme observa, a ENSA já deu início ao processo de auscultação e contratação de empresários agrícolas para a operacionalização do

projecto.

Grupo ENSA

Longe dos seguros, existe o grupo ENSA, que tem cerca de 14 presenças em diferentes ramos de actividade, como a banca, imobiliário, entre outros.

A título de exemplo, Manuel Gonçalves lembra que a empresa que dirige detém 40% do capital do Standard Chartered Bank Angola, sendo ela (a ENSA) a única accionista nacional do primeiro banco verdadeiramente internacional presente no País.

Cronologia dos 40 anos da ENSA

- 1978** - A ENSA Seguros de Angola é fundada a 1 de Fevereiro de 1978, tendo iniciado a actividade no dia 15 do mês de Abril do mesmo ano.
- 1992** - Alteração dos estatutos da empresa, em consequência das reformas em curso na administração pública e a promulgação da Lei Geral da Actividade Seguradora. A ENSA acompanha a evolução do País, tendo iniciado nos últimos anos um processo de reestruturação e modernização.
- 2000** - Liberalização do mercado segurador. O Governo de Angola promulga a liberalização do mercado segurador, permitindo o acesso de outras empresas à actividade.
- 2002** - Lançamento do PRR. O Governo lança o Plano de Reestruturação e Relançamento (PRR) que visa operar uma transformação da empresa e a definição da estratégia para o mercado liberalizado.
- 2003** - Criação do Grupo ENSA, EP Holding, que visa agregar todas as empresas do universo ENSA, entre as quais a ANGO-RE.
- 2007** - Início do Projecto ENSA Futuro. Projecto iniciado pela actual administração da ENSA, visa uma reestruturação profunda da companhia, com o objectivo de a capacitar para os novos desafios.
- 2014** - Estabilização dos processos de reestruturação, com o reconhecimento dos resultados obtidos.
- 2017** - Definição do Plano Estratégico ENSA 2020.



PREÇOS SUBSIDIADOS

Empresas vão ter de justificar os subsídios recebidos do Estado

Governo aumenta pressão sobre empresas como EPAL, TCUL e ENDE, que terão de indicar, com detalhe, quem são os clientes e o que consomem.

POR RICARDO DAVID LOPES

As empresas públicas prestadoras de serviços enquadrados no regime de preços subsidiados vão ter de provar “indubitavelmente” que prestam efectivamente esses serviços, o seu volume e a quem, soube o *Mercado* junto de fonte oficial. O objectivo é “aperfeiçoar o sistema de subsidiação de preços”, de forma a que, no futuro, o Estado consiga perceber que consumidores devem ser alvo de transferência directa de apoios públicos.

De uma forma geral, empresas como a EPAL, a TCUL ou a ENDE, nomeadamente, não têm sido capazes de demonstrar “sem sombra de dúvidas” que a facturação que apresentam ao Governo, de forma a justificar os subsídios que recebem, é real.

Há, por exemplo, casos de facturação de *commodities* junto de consu-

Empresas não têm sido capazes de demonstrar de forma clara os consumos que cobram

midores que estão ausentes há muito. E há casos de cobrança de taxas e outros valores que não deviam ser deitados aos consumidores.

O Governo, através do Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), começou já a aumentar a pressão sobre estas empresas, que terão de ser capazes de indicar, ao detalhe, os serviços e bens que prestam, e a quem. Por exemplo, terão de fornecer as facturas que cobram, com indicação não só do consumo em cada caso, mas da morada e nomes dos indivíduos ou empresas a quem venderam.

Maximizando o controlo de facturas, que assim serão “mais facilmente auditáveis, mensuráveis e escrutináveis”, será possível identificar os consumidores que têm tido mais dificuldade em fazer os seus pagamentos. E deverão ser estes os destinatários preferenciais de apoios directos por parte do Estado, em detrimento do sistema de subsidiação a preços, indirecto, que tem vindo a vigorar.

Irão é bom exemplo

Este modelo – de subsidiação directa a famílias – tem, aliás, sido implementado com sucesso noutros países, como o Irão, como explica o próprio Plano Intercalar do Governo para o período compreendido entre Outubro de 2017 e Março de 2017.

“O Irão implementou reformas importantes nos subsídios, tendo substituído os subsídios a preços por transferências de renda universal para as famílias, que têm sido elogiadas pelo Fundo Monetário Internacional e recomendadas para outras economias em situação similar, bem como no quadro institucional e de funcionamento do Fundo de Desenvolvimento Nacional e no Fundo de Estabilização Petrolífera”, lê-se no Plano Intercalar.

As empresas terão, ainda, de continuar a trabalhar para aumentarem os ganhos de eficiência – leia-se baixar custos –, sendo que, no futuro, o ideal é que as tarifas reflectam o verdadeiro custo dos bens ou serviços, ficando o Estado a apoiar, apenas, os que realmente necessitam.

O Relatório do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018 aponta para a “redução dos subsídios a preços nos sectores de energia, água e transportes (ferroviário, marítimo e terrestre), através da revisão das tarifas, adoptando uma abordagem de salvaguarda das camadas mais pobres da população”.

Contudo, o documento revela que, neste ano, o Governo estima gastar mais com subsídios face a 2017. Segundo o OGE, em 2017, o Estado gastou cerca de 112 mil milhões Kz em subsídios (inclui subsídios operacionais, e não só a preços), dos 291,9 mil milhões previstos.

Neste ano, aponta para uma despesa com subsídios na ordem dos 225 mil milhões Kz.

O Plano Intercalar refere, por seu turno, a necessidade de se “implementar o ‘pacote’ legislativo dos Preços e Concorrência para efeitos de controlo dos gastos com subsídios a preços”.

Entretanto, ao que o *Mercado* apurou, os aumentos das tarifas de água e electricidade deverão ser conhecidos nas próximas semanas. Nalguns casos, poderão rondar os 50%.

Lei da Concorrência está pronta

O *Mercado* sabe que a Lei da Concorrência está concluída, aguardando aprovação do Executivo. O Plano Intercalar, recorde-se, indica que este

Governo quer conhecer os consumidores, para poder, no futuro, subsidiar quem precisa

‘pacote’ terá de estar concluído até ao final do primeiro trimestre deste ano.

Um artigo do director-geral do IPREC, António da Cruz Lima, publicado em Dezembro do ano passado, indica que “a Proposta de Lei da Concorrência, para além das Disposições Gerais, terá de prever as Práticas Restritivas da Concorrência, o Controlo das Concentrações de Empresas, as Infracções por violação da concorrência em todos, repito, todos os mercados na economia, bem como as Sanções inseridas num Processo Sancionatório”.

“A Lei da Concorrência não vai substituir a Lei da Proibição Pública, ou a Lei de Defesa do Consumidor, nem a Lei da Contratação Pública”, prossegue o artigo, que adianta que a lei “cuidará adicionalmente dos Procedimentos em Matéria de Controlo dos Actos de Concentrações de Empresas, Estudos, Inspeções, Auditorias e Controlo dos Auxílios Públicos, entre outras Disposições Finais e Transitórias”. **M**

AVIAÇÃO

Airbus termina 2017 com mais encomendas que a Boeing

Construtor europeu recebeu 1109 encomendas em 2017, face a 912 do rival norte-americano.

POR DINHEIRO VIVO/LUSA

O construtor de aviões europeu Airbus é o campeão das encomendas de aparelhos, com 1109 recebidas em 2017, contra 912 para o rival norte-americano Boeing, anunciou nesta segunda-feira a empresa. Em contrapartida, o ‘gigante’ baseado em Toulouse, no Sul de França, ficou atrás da Boeing em termos de entregas, apesar do recorde de 718 de aviões entregues no ano passado.

O construtor norte-americano Boeing, com sede em Seattle, na costa oeste dos EUA, entregou 763. Para 2017, a Airbus tinha estabelecido como objetivo entregar mais de 700, contra os 688 em 2016. No ano passado, o construtor europeu teve uma quota de mercado de 55% em número de aviões comercializados e de 51% no valor, já que estes 1109 aviões vendidos representam 138 mil milhões USD, destacou o responsável comercial, John Leahy, em conferência de imprensa.

“Estabelecemos um novo recorde em entregas, um êxito que se junta a um quinto recorde de encomendas”, congratulou-se Fabrice Brégier, diretor-geral delegado da Airbus e presidente da Airbus Commercial Aircraft. Ao todo, a Airbus entregou 558 aparelhos de médio curso da família A320, incluindo 181 A320neo, a última versão do campeão de vendas do grupo, o que representa um aumento de 166% em relação a 2016, sublinhou.

No segmento de longo curso, a construtora entregou 67 A330, 78 A350XWB, o mais recente deste segmento, e 15 A380, a ‘nave almirante’ do grupo. A Airbus registou mais de 1109 novas encomendas de 44 clientes. No final do ano passado, o caderno de encomendas era de 7265 aparelhos no valor de 1059 milhões USD. Para 2018, a Airbus visa entregar 800 aviões contra 718 em 2017, devido ao aumento do ritmo de produção do A320neo, acrescentou Brégier.

“Vamos duplicar o número de A320neo” a entregar em 2018, anunciou Brégier. “Se fizermos isso, ficaremos próximos de 800 entregas em 2018”, acrescentou. De acordo com o



responsável, dois terços das entregas devem ser compostos por A320neo contra um terço em 2017.

A380 em dúvida

A Airbus terá, entretanto, de parar o programa do A380 se a transportadora Emirates não fizer uma nova encomenda, anunciou o diretor comercial, John Leahy. “Muito honestamente, se não chegarmos a um acordo com a Emirates”, o principal cliente do ‘gigante’ dos céus, “não haverá outra escolha senão parar o programa”, respondeu Leahy, ao ser questionado sobre o futuro do aparelho, sem encomendas há dois anos, durante a apresentação do balanço comercial do grupo em 2017.

“Continuamos a negociar com a Emirates, mas, honestamente, eles são, provavelmente, neste momento, os únicos em condições no mercado a encomendar um mínimo de seis [aviões] por um ano por um período de oito a dez anos”, acrescentou, sublinhando “estar confiante” na pos-

sibilidade de chegar a acordo com a companhia do Golfo.

O construtor, que reduziu progressivamente o ritmo de construção daquele aparelho, espera uma encomenda em Novembro, durante o salão aeronáutico no Dubai. Mas a transportadora, que em 2017 recebeu o 10.º A380, anunciou já uma encomenda de 40 Boeing 787-100.

Fabrice Brégier manifestou também o seu optimismo. “A trajectória será de atrasar” a produção do A380 com 12 aparelhos entregues em 2018, disse o responsável, confirmando que o fabricante conta baixar este ritmo a “seis aviões por ano”. “O desafio vai ser manter pelo menos este nível nos próximos anos, antes da substituição dos A380 (em serviço) e de novos mercados potenciais”, disse. A Airbus quer prolongar a vida do A380, o maior avião comercial do mundo. Desde que foi lançado, em 2007 e até ao final 2017, a Airbus recebeu 317 encomendas e entregou 221 aeronaves. **M**

CARILLION

Gigante britânico da construção e dos serviços declara falência

Para o desemprego vão cerca de 43 mil trabalhadores em todo o mundo, dos quais 19.500 no Reino Unido.

POR DINHEIRO VIVO/LUSA

“apoios financeiros a curto prazo”, o que teria permitido à empresa continuar a funcionar até chegar a um acordo permanente sobre a sua dívida. O presidente disse que “nos últimos meses foram feitos esforços enormes para reestruturar a Carillion”.

O grupo britânico da construção e serviços Carillion declarou falência, na sequência do fracasso das negociações com os bancos e o governo para viabilizar esta sociedade fortemente endividada. Em comunicado, o presidente do grupo, Philip Green, indicou que a única escolha é “entrar em liquidação com efeito imediato”, deixando no desemprego cerca de 43 mil trabalhadores em todo mundo, dos quais 19.500 no Reino Unido.

O governo deverá avançar com “os fundos necessários para manter os serviços públicos fornecidos pela empresa, firmas contratadas e subcontratadas”, acrescentou. Green disse que as negociações mantidas no fim-de-semana não resultaram em

O Reino Unido depende da Carillion para serviços públicos de transporte, educação e saúde

A falência da Carillion tem graves consequências para o Estado britânico, que depende da empresa para muitos serviços públicos, de transporte, de educação ou de saúde. Nos últimos meses, a oposição trabalhista criticou o governo por ter adjudicado mais projectos públicos à Carillion, que em Julho passado fez uma primeira advertência relativamente à sua situação financeira. **M**



Opinião

Bitcoin – uma nova fronteira?

Rui Oliveira

Especialista em mercados financeiros

Como terráqueo, é provável que se tenha deparado, nos últimos dois anos, com um artigo no jornal ou um *chat* do WhatsApp sobre o presidente Trump e Bitcoin. Mas não estou aqui para desviar a atenção para falar de política, deixarei isso para os especialistas. Escrevo, entretanto, para abrir uma discussão sobre Bitcoin – sim, a todo-poderosa-famosa e, em muitos casos, infame Bitcoin.

Será apenas *hype*, ou estamos a testemunhar o surgimento de uma nova era? Como aquando do surgimento da primeira moeda, criada pelo rei Alyattes, na Lydia, agora parte da Turquia, em 600 a. C., que revolucionou o meio de troca de bens da humanidade, que até então incluiu bovinos, ovelhas, bem como vegetais e grãos. Para tentar responder a esta questão, devemos fazer uma retrospectiva às origens – Mas o que é dinheiro, exactamente? Será uma montanha de prata, como pensaram os conquistadores espanhóis? Ou simples tabuleiros de argila e papel impresso?

A ascensão do dinheiro

Chamemos-lhe o que for: *cash*, kumbu, l'argent, moolah. Dinheiro, por si só, não é nada. É convencional argumentar que o dinheiro elimina as ineficiências do escambo por ser uma unidade de conta que facilita a avaliação e o cálculo. E um armazém de

valor, que permite que as transacções económicas sejam realizadas por longos períodos, bem como distâncias geográficas. Para executar essas funções de forma optimizada, o dinheiro deve estar disponível, ser acessível, durável, fungível, portátil e confiável. Portanto, o valor que as pessoas colocam sobre ele não é um valor físico. O dinheiro pode ser uma concha, uma moeda metálica, um pedaço de papel com uma figura histórica, ou, simplesmente, números numa tela de computador ou num telemóvel. Estudos indicam que o dinheiro pode ser rastreado há quase três mil anos e resultou no sistema original de mercados abertos e livres. A segunda revolução ocorreu durante o Renascimento italiano e, eventualmente, criou o sistema de bancos nacionais e o papel-moeda usado para o comércio diário. Hoje, no século XXI, atravessamos outra era da história monetária – a do dinheiro electrónico ou virtual.

Por vezes, a ascensão do dinheiro pareceu implacável. O 'Planeta Finanças' parecia girar mais rápido que o planeta Terra. Em 2006, por exemplo, a produção económica em todo o mundo foi de aproximadamente 48,6 triliões USD, enquanto a capitalização total de mercado do mundo e o valor de títulos de dívida nacionais e internacionais foi 4% maior (50,6 triliões USD) e 40% maior (67 triliões USD), respectivamente. O mercado cambial registou 3 triliões USD por dia – o dinheiro nunca dormiu, a cada minuto, a cada hora, alguém, em algum lugar, estava a negociar. Tudo isso, enquanto a nova vida financeira tomava forma. Mas a crise financeira, no ano seguinte, providenciou-nos um lembrança atemporal de umas das verdades da história financeira. Mais cedo ou mais tarde, toda a 'bolha' explode. Os vendedores superaram os compradores, e a ganância transforma-se em medo.

Para adaptar uma frase do matemático e escritor britânico Jacob Bronowski, da série inovadora de televisão da BBC e do livro *The Ascent of Man*, "a ascensão do dinheiro tem sido essencial para a ascensão do homem". E, apesar dos nossos fortes preconceitos, certamente justificados, contra o 'kitadi maligno', a inovação financeira tem sido um factor indispensável no avanço do Homem para as alturas vertiginosas da prosperidade material que muitos de nós hoje conhecem e desfrutam.

Surge a criptoconomia

A invenção do Blockchain – um livro (de registos) digital descentralizado, que mantém um registo de todas as transacções que ocorrem numa rede de pessoa-para-pessoa – deu origem a uma nova espécie de moeda, a criptomoeda. Esta permitiu a chegada de novas características do dinheiro que não eram possíveis anteriormente: descentralizadas e inteligentes

tes/programáveis. Embora as criptomoedas existam desde a década de 1980, ganharam máxima tração e atenção na última década. Após o lançamento e o sucesso da Bitcoin (BTC), de Satoshi Nakamoto, surgiram outras criptomoedas. Actualmente, existem mais de 1100 criptomoedas comercializadas no mercado financeiro, entre elas, Ethereum (ETH), Litecoin (LTC) e Ripple (XRP). De acordo com o Coinmarketcap.com, a capitalização global de mercado de criptomoedas, a 13 de janeiro, foi de 746,4 biliões USD. Até ao momento, mais de 3,5 biliões USD foram angariados através das Ofertas Iniciais de Moedas (ICO) – um meio não regulamentado pelo qual fundos são arrecadados para um novo empreendimento de criptomoeda.

A regulamentação em torno de criptomoedas e ICO está num estado de fluxo confuso, mas, no meio da zona cinzenta, podemos detectar alguns fragmentos de consistência, já que a tendência geral parece inclinar-se para o reconhecimento das ICO no mercado e das ineficiências dos actuais quadros legais.

Entretanto, fazendo uma análise do risco/recompensa de um ponto de vista puramente técnico de *trading* dos ciclos de alta/'bolha' das *top* criptomoedas hoje, LTC, BTC, XRP e ETH, no período de 2012 a 2018, não parece sábio 'entrar' no mercado agora, mesmo que a capitalização do mercado continue a crescer 2X ou 3X para atingir 2 triliões USD. No entanto, adicionar em quedas e fazer compras semanais com a média de custos será uma melhor opção de entrada para investimentos de longo prazo.

Então, o que significa tudo isso para nós?

Apesar da exuberância irracional em torno do preço das criptomoedas, o *hype* é real e, em 2017, as partes interessadas do mercado reconheceram claramente essa tendência. Em Dezembro de 2017, o Cboe Global Markets Inc e o CME Group Inc (duas das maiores bolsas do mundo) lançaram contratos de futuros Bitcoin. A Bloomberg acrescentou criptomoedas ao Bloomberg Terminal – o provedor de dados mais amplamente utilizado, que fornece notícias, pesquisas e análises. São apenas alguns exemplos desse reconhecimento.

Sea Bitcoin resistirá à prova do tempo da nossa vida e das gerações vindouras, ainda está para ser visto, mas é certo que, assim como o mundo evoluiu de um mundo como o esquecido dos Nukak-Makú da Amazônia para um sistema sofisticado de escambo, para as moedas ovulares da Lydia, evoluindo para notas de banco, para o cartão de crédito, e para o dinheiro móvel, a moeda virtual representa um passo real e incontornável na evolução permanente do ecossistema financeiro e, portanto, da interconectividade da humanidade. **M**

Existem hoje mais de 1100 tipos de criptomoedas no mercado mundial



Próximo passo do Executivo: relançar o sector empresarial público

António Estote

Economista

A máxima reinante na segunda semana do mês de Janeiro foi “Nem só de exonerações vive o povo”, e subscrevemo-la, ou seja, a responsabilidade do titular do poder executivo não termina com o acto de nomeação/exoneração. Ele deve garantir que os seus auxiliares cumpram, com zelo e dedicação, as estratégias e políticas previamente definidas. Adicionalmente, a luta contra a impunidade não se limita ao campo da corrupção e do peculato, mas sobretudo, da gestão danosa e irresponsável.

No entanto, a máxima anterior deverá ser complementada por outra – “Apontar o dedo a alguém é fácil, fazer acontecer é difícil.” É justamente por isso que, na tentativa de mudar este paradigma, apresentamos uma medida exequível, sem quaisquer encargos adicionais para o Estado, de modo a contribuir para que as nomeações se traduzam na melhoria de vida do povo. Trata-se de trazer ao debate público e recordar ao Executivo a importância dos contratos-programa como instrumentos para orientar, monitorizar e avaliar o desempenho das empresas públicas e responsabilizar os seus gestores.

Neste caso concreto, o contrato-programa será um acordo, a vigorar no quadriénio 2018-2022, entre o Instituto do Sector Empresarial Público (ISEP), os órgãos ministeriais de tutela e os conselhos de administração das empresas públicas (CA das EP), no qual estes últimos se comprometem a atingir determinados objectivos, com metas anuais, tendo em conta a programação do Executivo e a estratégia para a empresa.

O contrato-programa é, por excelência, um instrumento de implementação das estratégias e políticas do Executivo, uma vez que, nele, as políticas gerais e sectoriais são transformadas em acções concretas das empresas públicas, garantindo o alinhamento e a eficácia do sector empresarial público.

A título de exemplo, a página 44 do Orçamento Geral do Estado para 2018 (OGE 2018) apresenta as receitas públicas baseadas numa produção anual de 9 milhões de quilates de diamantes, 620 milhões de barris de petróleo bruto e 54 milhões de barris de óleo equivalente de Gás Natural Liquefeito (LNG). A produção destes recursos abaixo do previsto acarretará riscos para realização das despesas públicas (conforme o OGE 2018), ou seja, qualquer cidadão com o mínimo grau de instrução poderá consultar os OGE e verificar que, entre 2013 e 2017, a produção

de petróleo bruto tem estado sucessivamente abaixo do previsto, numa média anual de 49 milhões de barris, correspondendo a cerca de 135 mil barris por dia. Tal deveria acarretar a não realização de despesas essenciais com a saúde, educação e investimentos públicos ou o aumento do défice orçamental (para o mesmo período, o défice primário acumulado foi cerca de 22 mil milhões USD, o equivalente a uma média anual de 4,36 mil milhões USD) e, consequentemente, subida da dívida governamental.

A contratualização da produção de petróleo permitirá, eventualmente, responsabilizar o conselho de administração da Sonangol pela eventual redução da produção de 620 milhões de barris previstos para 571 milhões, tendo em conta o desvio médio anual e, quiçá, reduzir o défice primário, através da melhoria da capacidade de previsão desta variável, que tem impactos directos e indirectos significativos na economia nacional. Naturalmente, existe uma infinidade de elementos institucionais, de governação corporativa, de negócio e económico-financeiros a serem considerados no contrato-programa das distintas empresas públicas. No entanto, tal não é objecto desta intervenção.

O contrato-programa, ao abrigo das teorias da agência, controlo de gestão e políticas públicas, é de suma importância, quer porque permite minimizar os custos ligados a eventuais comportamentos oportunistas das entidades que constituem os CA das EP, quer porque poderá relançar o sector empresarial público, através do planeamento das actividades em função dos resultados previstos na programação do Executivo e na avaliação periódica do seu desempenho com base nos resultados obtidos. Como os actuais ‘ventos’, poderá servir de instrumento de combate à impunidade do ponto de vista de gestão danosa e irresponsável.

Certamente há condições de natureza jurídico-legal, económicas e institucionais para que o sector empresarial público celebre os respectivos os contratos-programa. O que está bem, eventualmente, pode ser melhorado.

Do ponto de vista jurídico-legal, a Lei 11/13, de 3 de Setembro, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial público, prevê nos artigos 28.º, 32.º e 77.º a celebração de contratos-programa, avaliações, responsabilidade civil, financeira, penal e disciplinar dos órgãos de gestão das empresas públicas, o que permitirá o titular do poder executivo prote-

ger o investimento do Estado angolano nessas empresas públicas e nas de domínio público, assegurar a eficiência, a eficácia, o funcionamento regular, a transparência, antecipar falências, identificar atempadamente gestão danosa e propor acções correctivas.

Do ponto de vista económico, ao mais alto nível, foram dados os passos necessários para relançar a economia nacional e melhorar as condições de vida dos cidadãos, através da definição da programação económica de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, Estratégia 2025, Programa de Governo 2017-2022, Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, Programa de Estabilização Macroeconómica 2017-2018 e, por último, a proposta do OGE 2018, entregue no dia 10 de Dezembro à Assembleia Nacional para aprovação. Encontramos nestes instrumentos as orientações gerais e específicas para cada sector e, muitas vezes, para algumas empresas públicas.

Do ponto de vista institucional, o ano de 2017 foi desafiante, marcado pelo pleito eleitoral realizado no dia 23 de Agosto, sufragando o programa do MPLA, que culminou com a tomada de posse do presidente João Lourenço, em 26 de Setembro. Por conseguinte, foram nomeadas novas personalidades para constituírem o novo Governo e os CA das EP.

O sector empresarial público, que é responsável pela gestão dos principais recursos naturais, assegura a operacionalização parcial da programação do Executivo. E, surpreendentemente, não há evidências, salvo opinião contrária, de qualquer contrato-programa celebrado com uma empresa pública. Igualmente, não encontramos algum plano estratégico, plano de negócio ou orçamento plurianual dos CA das EP recentemente nomeados. O que nos leva a pensar que adoptaram uma gestão à vista, o que tem sido prática recorrente, ou seja: estão a resolver os problemas à medida em que surgem, sem qualquer perspectiva estruturalista, e diga-se de passagem que ‘começaram a guardar o lixo debaixo do tapete, mas nós sabemos que está lá’.

Para terminar, o que está mal e precisa de ser corrigido é que o sector empresarial público tem dispensado o contrato-programa como instrumento de gestão corporativa, embora as condições estejam criadas, devido à letargia do ISEP e dos órgãos ministeriais, o que a ciência chama de ‘captura do regulador’. ■

O contrato-programa permite minimizar custos ligados a má gestão

Opinião

Ferrero Negócio nos EUA

O grupo de doces Ferrero anunciou ter comprado por 2.800 milhões USD a divisão de chocolates da Nestlé nos EUA, tornando-se na terceira maior companhia de confeitaria naquele país. Segundo a Ferrero, o negócio agora fechado permitirá ao grupo aumentar o seu portefólio de produtos "com um gama de doces e marcas icónicas".

Gás natural: a energia incontornável

Rui Amendoeira

Advogado e especialista em assuntos petrolíferos

De todas as fontes de energia existentes na Terra, o gás natural é, provavelmente, aquela que gera sentimentos mais ambíguos e indefinidos. A narrativa imposta pelo pensamento 'politicamente correcto' em matéria de energia afirma que existem fontes 'boas' e 'más'. As más integram o carvão e o petróleo. As boas são representadas pela água, o vento, o sol, as plantas e as árvores. Umas são apelidas de 'não renováveis', e outras, de 'renováveis', ainda que, em bom rigor, todas sejam não renováveis, posto que um dia, esperemos que muito distante, a Terra e o Sol também irão desaparecer. Esta dicotomia entre fontes de energia boas e más, limpas e sujas, verdes e negras, está de tal modo enquistada no discurso político, social e até científico, que adquire o estatuto de verdade insofismável. Ainda que uma análise cuidada, e despida de preconceitos ideológicos, sobre o saldo final das várias fontes, considerando todos os factores envolvidos (económicos, sociais, ambientais, etc.), mostre que nem as fontes boas são assim tão boas, nem as más assim tão más.

O gás natural é sem dúvida um recurso valioso para o futuro de Angola

Nesta visão binária, o gás natural é uma espécie de *swing energy*, ora vista como ambientalmente mais limpa que o carvão e o petróleo, ora considerada um obstáculo ao pleno desenvolvimento das energias renováveis. Os ambientalistas mais radicais desconfiam do gás natural, porque o vêem como uma espécie de cavalo de Tróia que os interesses energéticos instalados, nomeadamente as grandes companhias petrolíferas, utilizam para manter o *status quo* do domínio dos combustíveis fósseis e retardar a progressão das energias renováveis. Quem assim pensa gostava que a transição energética se fizesse por saltos quânticos e não graduais, como se toda a frota de Chevrolets a gasolina fosse instantaneamente trocada por Teslas eléctricos da última geração, sem espaço para quaisquer automóveis híbridos. Nesta visão voluntarista do mundo e da economia, o gás natural não é mais do que uma (muito) transitória etapa na inelutável marcha para o admirável futuro da energia totalmente limpa, abundante, segura e barata.

Na realidade, porém, o gás natural é um elemento essencial (porventura o mais decisivo) na equação energética do futuro, tanto ou mais do que já é no presente. Não sei qual será o peso de algumas energias renováveis no *mix* energético dos próximos 30 a 50 anos (mas desconfio que será menor que as optimistas previsões actuais indicam), como não sei qual o grau de resistência do carvão e petróleo (mas desconfio que seja maior do que essas previsões), mas não tenho dúvida de que a produção e o consumo de gás natural irão crescer significativamente. Basta atender a algumas (simples) tendências económicas, sociais e até tecnológicas para se perceber como o gás natural se ajusta perfeitamente a essas tendências. Várias regiões do mundo vão electrificar-se crescentemente (a maioria da população de África ainda não tem acesso a electricidade de rede) e o gás natural é uma fonte ideal para a geração dessa electricidade. A produção industrial (indústria química, fertilizantes, etc.) crescerá progressivamente, como sempre cresceu no passado, e também aí o gás natural é uma fonte de energia preferencial. Até no sector da mobilidade e transportes o gás natural vai fazer movimentar cada vez mais autocaros, veículos pesados, navios, entre outros.

Por outro lado, o desenvolvimento do gás natural está inserido na própria estratégia de transição para

as energias renováveis, na medida em que o gás permite colmatar o problema da intermitência de abastecimento da energia eólica e solar. As energias renováveis precisam da fiabilidade, constância e flexibilidade do gás natural, e assim será durante muito tempo. Embora de forma mais discreta e com menor reconhecimento público, o gás natural tem contribuído de forma mais efectiva para o abrandamento das emissões de CO₂ do que as próprias energias renováveis. Essa realidade é particularmente visível nos Estados Unidos, sobretudo a partir do aumento exponencial da produção de gás não convencional (*shale gas*). O gás natural faz parte da solução, não do problema, na estratégia de combate ao aquecimento global.

Em África, o gás natural foi desprezado durante décadas pelas companhias petrolíferas, investidores e até pelos poderes públicos. Os mercados nacionais ou regionais eram limitados e dificilmente permitiam a rentabilização dos elevados custos associados aos projectos de desenvolvimento de gás. A exportação do gás para mercados fora de África exigia investimentos massivos na construção das infra-estruturas de liquefacção (GNL) e transporte. Em consequência, o destino normal do gás africano era (e ainda é em parte) a queima, e assim se incineraram muitos biliões de dólares de riqueza potencial que nunca chegou a ser aproveitada. Progressivamente, este cenário vai-se alterando à medida que os mercados regionais crescem, por um lado, e os projectos de GNL se tornam viáveis pela crescente procura de gás nos mercados internacionais, sobretudo por parte dos países asiáticos. Tudo indica que o continente africano irá registar nas próximas décadas os níveis de crescimento mais elevados na produção, consumo e exportação de gás natural.

Não se conhece a verdadeira dimensão das reservas de gás de Angola, mas é seguro afirmar-se que se trata de um recurso economicamente valioso e que tem de fazer parte da estratégia de futuro desenvolvimento energético do País. Estão em curso iniciativas que visam criar um quadro legal e regulatório que estimule o desenvolvimento das reservas gasíferas de Angola. Trata-se de um projecto estratégico para Angola, seguramente um dos mais importantes que o actual Executivo pode (e deve) realizar. Do bom sucesso dessas iniciativas depende o futuro da indústria do gás em Angola. ■



LISBON DENTALSPA

POR UM SORRISO
PERFEITO.

Venha conhecer
os mais completos
tratamentos estéticos
de última geração!



Rua Castilho, nº13D, 7ºD | 1250 - 066 Lisboa - Portugal
info@lisbondentalspa.pt | +351 213 104 650 | +351 968 692 848

M

MERCADO &
UNIVERSIDADE

“

O caminho para entrar para a universidade deve ser preparado muito antes de entrar para o ensino médio

ENSINO SUPERIOR

Novo livro prepara alunos para a vida universitária

“O acesso limitado a livros académicos faz parte da lista de pontos fracos do ensino superior nacional”, escreve Mara Kiassekoka.

POR VÂNIA ANDRADE

O Que Deves Saber antes de Entrar para a Universidade é o livro lançado recentemente por Mara Kiassekoka, com o apoio da editora Acácias e da empresa Lidere – Orientação Académica e Profissional, numa obra que aborda aspectos que o estudante deve considerar antes de ingressar na universidade. A escritora defende que o ensino superior nacional tem um lon-

Governo deve investir num programa de inspeção das instituições existentes

go caminho pela frente para chegar ao nível de excelência e referência mundial e responder às necessidades do País.

Para a autora, a pouca qualidade de ensino em níveis inferiores influencia negativamente a qualidade dos estudantes universitários, facto que se deve aos critérios pouco exigentes

para a criação de instituições de ensino superior, para a admissão de professores universitários e à pouca investigação científica.

“Apesar de o número de instituições do ensino superior ter aumentado, o ritmo de crescimento não tem sido acompanhado pela a qualidade desejada”, frisa a escritora.

Mara Kiassekoka é da opinião de que o Governo deve investir num programa de inspeção das instituições existentes para que as mesmas apresentem a qualidade pretendida para uma instituição de ensino superior.

A cultura do imediatismo e materialismo ou a falta de ética e integridade académica por parte de estudantes e alguns professores também têm contribuído para a decadência da qualidade do ensino superior, assim como o absentismo por parte dos professores devido aos vários empregos e baixos salários, para além da falta de material de estudo. “O acesso limitado a livros académicos faz parte da extensa lista de pontos fracos do ensino superior nacional”, diz.

Sobre o livro

Com uma primeira tiragem de 1500 exemplares, *O Que Deves Saber antes de Entrar para a Universidade*, tal como o título sugere, oferece aos estudantes várias sugestões de como ser academicamente bem-sucedido na universidade e de como conseguir meios para sustentar o ensino superior, analisando variáveis internas como a personalidade e o talento, as-

sim como o meio circundante e as condições culturais e financeiras. Mara Kiassekoka escreve peças de teatro desde 2007, mas sempre sonhou em escrever um livro que ajudasse os jovens e que contribuísse para o desenvolvimento do País.

Foi então que surgiu a ideia de escrever sobre educação, motivada pela dificuldade que teve na escolha do curso e da instituição superior na altura em que concluiu o ensino médio. A segunda motivação surgiu dos conflitos internos entre alguns estudantes que trabalharam consigo enquanto orientadora académica.

“Passei a observar a qualidade de muitos estudantes universitários e percebi que muitos não têm acesso a orientação vocacional e precisam de apoio ao longo da sua vida estudantil.” Para além de escrever, Mara Kiassekoka trabalha na área de segurança e ambiente na indústria petrolífera, no sistema de rotação 28/28 na província do Zaire. “Quando estou em Luanda, faço alguns trabalhos de consultoria académica e profissional na empresa Lidere – OAP e aproveito os tempos livres para conviver com a família e amigos, ler alguns livros ou viajar.”

Questões preocupantes

“Na nossa realidade angolana, é preciso reparar em vários contextos, desde os familiares, geográficos, socioculturais, económicos e políticos. Muitos de nós fomos obrigados, e outros ainda são, a fazer escolhas que

nada têm que ver com os seus gostos, talentos e sonhos por mera questão de sobrevivência ou para agradar a terceiros”, escreve a autora, para quem “o caminho para entrar para a universidade deve ser preparado muito antes de entrar para o ensino médio”.

“O apoio familiar e das instituições de

A obra de Mara Kiassekoka custa 2000 Kz e está disponível nas livrarias de Luanda

ensino de base é crucial nesta fase da vida do adolescente. Devido à natureza do nosso sistema de educação, a escolha do curso superior fica limitada”, refere a autora, acrescentando que “a qualidade de ensino em Angola, a quantidade de instituições de ensino superior e a reduzida oferta de cursos são factores determinantes que levam muitos angolanos a optarem por estudar no estrangeiro”.

As práticas menos éticas merecem a análise da autora: “Corrupção é o efeito ou acto de corromper alguém ou algo, com a finalidade de obter vantagens em relação aos outros por meios considerados ilegais ou ilícitos. Este acto ilícito é uma prática que infelizmente ainda está enraizada no sistema educativo angolano. Começa pelas instituições, directores, professores e estudantes e vai até aos pais e familiares dos estudantes.” **M**



Alvalade61

O melhor
da gastronomia
e da cultura
num espaço único.



No Restaurante **Alvalade 61**, você encontra o melhor de dois mundos. Pratos de carne, peixe, marisco, saladas e entradas variadas, com um toque de world music e obras de arte de encher o olho. E tudo, servido com requinte, simpatia e a atenção dos nossos chefes de mesa. Venha visitar-nos e experimente os nossos sabores e combinações gastronômicas nesta época natalícia. **Festas Felizes.**

📍 Rua Comandante Jika nº 61, Alvalade Luanda - Angola

📱 alvalade.61

✉ alvalade.61@gmail.com
☎ +244 222 324 762 / 923 406 790



COACHING



Para a OCDE, uma em cada cinco pessoas da força de trabalho na Europa tem um problema de saúde mental

CARREIRAS

O que fazem os maus empregos às pessoas?

Impacto do fraco desempenho de trabalhadores que sofrem de stress e ansiedade é cinco vezes maior do que o do absentismo.

POR DINHEIRO VIVO

Acredita-se que o trabalho é uma coisa boa, que contribui para a realização pessoal, financeira e social das pessoas. E que a falta de trabalho por períodos longos prejudica a saúde. Mas a verdade é que o trabalho tanto dá saúde como é causa de problemas psicológicos. O que fazem os maus empregos às pessoas? Estudos recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que os maus trabalhos prejudicam a saúde física e mental. “Em 2017, 4,4% da população global sofria de depressão, e 3,6%, de ansiedade”, as duas doenças mentais mais comuns no contexto do trabalho, segundo Filipa Palha, presidente da Encontra+se, uma associação que nasceu

O presenteísmo tem custos maiores que o absentismo

em 2016 para formar e intervir na área da saúde mental e que hoje conta com 219 associados. As pessoas com distúrbios mentais graves estão geralmente fora do mercado de trabalho. Mas a maioria dos que vive com depressão e ansiedade, por exemplo, está empregada e em risco de perder o seu posto de trabalho. Para a OCDE, uma em cada cinco pessoas da força de trabalho na Europa tem um problema de saúde mental.

Qual é a origem destas patologias dentro das empresas? “Uma vez que um número significativo das pessoas que adoecem está em idade activa, é expectável que leve a sua doença para o local de trabalho,” explica Filipa Palha. Mas também há “o stress em que vivemos”, defende. O stress relacionado com o trabalho acontece quando se é confrontado com pedidos e pressões que estão fora da nossa área de conhecimento. Um inquérito da União Europeia veio mostrar que o stress é uma preocupação em cerca de 80% das empresas na Europa e que apenas 30% têm forma de lidar com ele. Qual é o local ideal para pôr em prática acções de prevenção? O espaço de trabalho, onde as pessoas passam pelo menos um terço do seu tempo de vida.

Há custos para as empresas que ignoram os riscos. Desde logo pela redução da produtividade e pelo absentismo – a falta sistemática de uns leva a que outros sejam sobrecarregados, gerando mais stress e pressão nas equipas. Mas é o baixo desempenho de quem não se sente bem psicologicamente, a que se chama presenteísmo (apesar de estar presente fisicamente, o trabalhador está longe nos seus pensamentos e emoções), que causa maiores custos. Há estudos que sugerem que o impacto do fraco desempenho é cinco vezes maior do que os custos do próprio absentismo.

O problema da ideia feita de que ir ao psiquiatra ou ao psicólogo é só para casos muito graves

O caso da MDS

Em Portugal, onde existe uma das mais elevadas prevalências de doenças mentais da Europa, Filipa Palha pôs mãos à obra e começou a trabalhar com a MDS, uma consultora de seguros e de risco. Nos escritórios de Lisboa e Porto, orientou sessões de

sensibilização, onde o tema da saúde mental foi explorado. “No início sentia bastante resistência, mas com o tempo as pessoas foram descontraindo, e todos acabaram por partilhar a sua experiência”, contou a psicóloga. O problema, para Filipa Palha, é a ideia feita de que ir ao psiquiatra ou ao psicólogo é só para casos muito graves. “Ninguém se sente à vontade para falar de doença mental. Parece uma invasão da privacidade.” Além da MDS, a Encontra+se está a desenvolver acções na Escola de Medicina da Universidade do Minho e na Sport Zone. **M**





Optimismo contagia.

Faça da sua confiança o caminho para um feliz 2018.

Uma mensagem do BPC para todos aqueles que, como nós, acreditam que, com confiança e visão de futuro, podemos superar as dificuldades e realizarmos todos os nossos sonhos.



Cuidar do presente, assegurar o futuro.

G

GLOBAL REPORT

“

O Presidente da República, João Lourenço, estará entre os líderes mundiais presentes em Davos



FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL

A Europa de Macron e Merkel contra Trump em Davos

“Há poucas coisas no mundo capazes de unir nações como a antipatia em relação a Trump”, diz Ian Bremmer, do Eurasia Group.

POR PAULO NARIGÃO REIS

Ainda não está confirmado, mas tudo indica que Angela Merkel regressará, na próxima semana, ao palco global no Fórum Económico Mundial, evento onde o Presidente da República, João Lourenço, marcará também presença.

A chanceler alemã juntar-se-á ao presidente francês, Emmanuel Macron, para o que se prevê que venha a ser um combate épico com Donald Trump sobre visões globais que não podiam ser mais opostas: os valores liberais e democráticos da União Europeia e a política isolacionista e in-

centiária do presidente norte-americano, da *America First*. Ou, mais correctamente, dadas as últimas notícias, da *White America First*...

Na escondida estância suíça de Davos, o racismo de Trump, visível como nunca após as considerações que preferiu sobre os imigrantes de Haiti e África, estará, provavelmente, a salvo dos protestos populares, mas o presidente dos EUA não pode esperar uma recepção calorosa por parte da maioria dos líderes políticos e empresariais que estarão presentes no Fórum, que começa na terça-feira, 23, e termina na sexta-feira, dia 26.

Antipatia que une

“Há poucas coisas no mundo capazes de unir nações como a antipatia em relação a Trump e ao que ele está a fazer”, considera Ian Bremmer, presidente da consultora Eurasia Group, citado pela Reuters, que acrescenta: “Nos EUA, a sua aprovação pode ainda ser de 40%. Entre os presentes em Davos, estará mais perto dos 5%.”

A participação de Merkel, cujo recente acordo com o SPD para a formação de Governo na Alemanha promete retirá-la do limbo político a que fora remetida desde as eleições legislativas de Setembro, servirá certamente para, ao lado de Macron, reafirmar a intenção de reforma da União Europeia e, ao mesmo tempo, confrontar Donald Trump e a sua divisiva política internacional.

Recorde-se que, em Maio passado, após o encontro do G7, a chanceler alemã afirmou que a Europa não poderia continuar a confiar nos EUA como um aliado. O exaspero de Merkel com Trump começou logo na visita que fez a Washington, em Março, quando a ignorância do presidente norte-americano levou a questionar Merkel sobre um possível acordo comercial entre os dois países, ao que a chanceler respondeu que tal era impossível, dado a Alemanha ser um membro da União Europeia.

Desde então, a relação de Trump com a Europa – e com grande parte do

mundo... – entrou numa espiral de deterioração, a que não escapou sequer o aliado Reino Unido, depois de o presidente norte-americano ter partilhado uma série de vídeos da organização de extrema-direita Britain First. De resto, a saída da Trans-Pacific Partnership, a retirada do acordo climático de Paris, a ameaça de romper o acordo nuclear entre as potências ocidentais e o Irão e a perigosa escalada bélica com a Coreia do Norte alienaram as relações dos EUA com a larga maioria dos seus aliados.

O Fórum Económico Mundial deste ano será aberto pelo primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, no dia 23. Em Davos são também esperados líderes mundiais como a primeira-ministra britânica, Theresa May, e os seus congéneres do Canadá, Justin Trudeau, e de Israel, Benjamin Netanyahu (por estes dias um dos poucos amigos de Donald Trump), para além de vários líderes empresariais e celebridades como a actriz Cate Blanchett e o músico Elton John. **M**

Centeno tem seis meses para desenhar a maior reforma de sempre da zona euro

“Estamos perante uma janela de oportunidade única para aprofundar a zona euro, disse o ministro português.

POR LUÍS REIS RIBEIRO*

Jeroen Dijsselbloem, que nesta semana transferiu a presidência do Eurogrupo (e o sino do presidente) para as mãos de Mário Centeno, costumava dizer que “não se deve desperdiçar uma boa crise” e perder a oportunidade de fazer reformas que tornem a Europa “mais forte”. No caso do ministro português, é caso para dizer que o melhor é não desperdiçar a retoma e avançar rápido com aquela que pode ser considerada a maior reforma de sempre da zona euro (que existe, na prática, desde 1999).

O Eurogrupo, agora com Mário Centeno no comando, tem seis meses (até Junho) para acertar com os parceiros do euro (19 países) o roteiro do que será essa reforma, isto é, a lista de

acções e medidas concretas a tomar e respectivo calendário.

Centeno parece estar ciente de que é preciso aproveitar o tempo ameno que se vive hoje na economia para avançar com a integração quase total entre países do euro: fazer a união bancária a 100%, criar o fundo monetário europeu, instituir o cargo de superministro das Finanças do euro, avançar para um Tesouro comum, estudar a possibilidade de mutualizar dívida sem irritar alemães, austríacos, holandeses, finlandeses e eslovacos. E, quiçá, lá mais para a frente, harmonizar os impostos que faltam (como IVA, IRS), o regime de subsídio de desemprego, etc.

Já com o sino do Eurogrupo na mão, “o economista apaixonado” – como lhe chamou Klaus Regling, o chefe do Mecanismo Europeu de Estabilidade (a instituição que dará origem ao tal fundo monetário europeu) – afirmou que “estamos perante uma janela de oportunidade única para aprofundar a União Económica e Monetária, tornando a nossa moeda única mais resiliente face a futuras situações de crise”.

De acordo com fontes oficiais, o trabalho para lá chegar começa em 22 de Janeiro. Nesta que será a primeira reunião do Eurogrupo com Centeno presidente, a ideia é fazer um *follow-up* da

Cimeira do Euro em Dezembro – onde foram lançadas as ideias para a reforma do euro, que transpiram de uma proposta da Comissão Europeia. Curiosamente (ou não), a avaliação ao pós-ajustamento de Portugal (a sétima missão de vigilância) e a situação na Grécia também deverão estar em cima da mesa do Eurogrupo inaugural de 2018. Se assim for, Centeno pode até auto-analisar-se, quem sabe?

Temos de falar de salários

Em Abril, o ministro das Finanças português pode brilhar como grande especialista em mercado laboral que é. O Eurogrupo tenciona “fazer uma discussão temática sobre crescimento e emprego, centrada nas dinâmicas salariais”. É um problema latente em muitos países. Há retoma, o desemprego desce, mas os salários estão estagnados, pressionando a inflação em baixa e complicando o trabalho do BCE. Portugal é um desses casos, e Centeno conhece-o bem. Nessa mesma reunião, o *dossier* da reforma do euro vai engordar, incorporando as conclusões da cimeira de Março (Primavera) e mais certezas sobre a união bancária.

Até à cimeira do Verão (28 e 29 de Junho), Centeno e os seus pares têm mais duas reuniões de Eurogrupo para ultimar o desenho da reforma da zona euro.

E temos de falar do Brexit

O *dossier* final terá de ter a lista calendarizada de medidas a tomar. O Conselho de 28 e 29 de Junho quer ver o roteiro de “decisões concretas para a reforma” e melhorá-lo. A reforma começa, portanto, aqui. O primeiro balanço será feito em Março de 2019, mês do temido Brexit (dia 29, a seguir ao jantar). Centeno falou disso há poucos dias, em Bruxelas, e estava bastante preocupado.

“O Brexit é, obviamente, o elefante na sala, levando-nos para territórios desconhecidos”, a cisão entre o Reino Unido e a União Europeia vai baralhar totalmente a forma como é feito o orçamento da Europa (que paga os fundos europeus, por exemplo). “Ocupados aos países-membros mais dinheiro em contribuições, ou teremos de encontrar novos recursos próprios”, “novas formas de financiamento”.

* Dinheiro Vivo **M**



Galeria Media Rumo

Fonte de inovação, crescimento e sucesso.

Tenha acesso aos nossos títulos numa banca, loja ou vendedor perto de si.

A informação e conhecimento indispensáveis para desenvolver Business Intelligence e estar a par dos mecanismos e mercados Económicos e Financeiros, em Angola e no Mundo.



AFRO - BELEZA

Loja Aeroporto Doméstico
Aeroporto 4 de Fevereiro (Partidas) 2º andar
Malanga - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja da Vila Alice
Rua Gregório José Mendes Nº 76
Largo do Soweto Rangel - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja do Patriota
Estrada Lar Patriota
Benfica - Belas - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja da Marginal
Av. 4 de Fevereiro, Nº 31
Ingombota - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja da Baixa
Largo Julios Fudick Baixa
Ingombotas - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja da Sky
Edifício Sky Centre
Kinaxial - Ingombotas - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja Brisas
Av. Pedro de Castro Van-Dúnem Loy
Bloco A - Talatona - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja Galerias Viana
Estrada do Camama
Baixo Jacimo Chipa - Viana - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja de Conchas
Rua Condomínio C. Conchas
Fracção 008 - Talatona - Luanda

CASA DOS FRESCOS

Loja Atrium Nova Vida
Urbanização Nova Vida
Nova Vida - Luanda

DISTRIBUIDORA NEWS

Rua Dr. António Agostinho
Neto Nº 20/22
Praia do Bispo - Luanda

GREENLINE DISTRIBUIDORA

Rua Mártires da Angola
Samba - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Viana
Complexo World Trade Center Retail
Estrada de Catete, Km 22
Viana - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Cacucaco
Entrada de acesso à Centralidade Km 5
Cacucaco - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Gika
Centro comercial Gika
Malanga - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Morro Bento
Av. 21 de Janeiro
Morro Bento - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Nova Vida
Estrada Projecto Nova Vida
Av. Pedro de Castro Van-Dúnem Loy Nova
Vida - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Hiper Kilamba
Rua Imperial Santana S/N
Cidade do Kilamba - Luanda

SUPERMERCADO KERO

Kero Talatona
Talatona - Luanda

PAPELARIA & LIVRARIA KOMUTU

Centro empresarial Nova Vida Edifício
Quissama, Lote 3, Loja G
Nova Vida - Luanda

AFRICANA DISTRIBUIDORA EXPRESSO

Rua Marlon Nguabi Nº 192
Malanga - Luanda

AFRICANA DISTRIBUIDORA EXPRESSO

Loja Mutamba
Rua Rainha Ginga Nº 7
Mutamba - Luanda

AFRICANA DISTRIBUIDORA EXPRESSO

Loja Belas
Shopping Belas Nº 181
Município do Belas - Talatona - Luanda

AFRICANA DISTRIBUIDORA EXPRESSO

Loja Skyne Hotel
Av. de Portugal Nº 19
Ingombotas - Luanda

BIG ONE

Rui e Conceição LDA
Rua Dr. Tomé Agostinho das Neves nº 108
Alvalade - Luanda

QUIOSQUE PALMAS

Loja Aeroporto Internacional
Aeroporto 4 de Fevereiro (Partidas) 1º andar
Malanga - Luanda

QUIOSQUE DIANTHUS

Loja Hotel Trópico
Rua da Missão 103
Ingombotas - Luanda

ORGANIZAÇÕES VANDECO

Loja Hotel Alvalade
Av. Comandante Gika
Malanga - Luanda

WINE & CO, LDA

Posto de abastecimento da Sonangol
Estrada do Zango-Viana
Viana - Luanda



Rua Comandante Stena, Nº 103/105
Município da Malanga,
Baixo de Alvalade, Luanda - Angola

Contactos: 222 320 562 / 939 640 828

Assinaturas: assinaturas@mediarumo.co.ao

Serviços de Distribuição: distribuicao@mediarumo.co.ao

Upgrade



ESPANHA

‘Efeito Arrimadas’ catapulta Ciudadanos para o topo

Partido de Inés Arrimadas lidera sondagens em Espanha, à frente de PP e PSOE.

POR PAULO NARIGÃO REIS

A bipolaridade PP-PSOE na repartição do poder político espanhol pode ter os dias contados. A crer na sondagem realizada nesta semana pelo jornal ABC, se houvesse agora eleições em Espanha, o partido mais votado seria o Ciudadanos, força política que nasceu na Catalunha, em 2006, como resposta ao nacionalismo local. E a ascensão do partido liderado por Albert Rivera, que, segundo a mesma sondagem, duplica os votos alcançados nas eleições de Junho de 2016, deve-se sobretudo ao que o ABC classifica como o ‘efeito Arrimadas’.

É que o grande salto do Ciudadanos – de 13,1%, em 2016, passaria agora para 26,2% – pode ser atribuído à vitória de Inés Arrimadas nas recentes eleições na Catalunha, vista como uma resposta da chamada “maioria silenciosa” catalã contra as intenções separatistas de Carles Puigdemont e Oriol Junqueras, líderes das principais forças políticas que defendem a independência da Catalunha.

Há pouco mais de três meses, o Partido Popular, do primeiro-ministro Mariano Rajoy, estava, segundo as sondagens, à frente do Ciudadanos por mais de 10 pontos percentuais. Agora, o Ciudadanos lidera as intenções de voto com 1,5%, o equivalente a cerca de 400 mil votos. A transferência de votos para o partido ‘laranja’ – a cor do Ciudadanos – vem, sobretudo, do PP, mas não só: o Podemos perdeu 1,4 milhões de votos desde as eleições de 2016, quando foi o tercei-

ro partido mais votado, com 21,15% dos votos expressos, mas aqui o PSOE deve também ser incluído como recipiente dos votos perdidos pelo partido de Pablo Iglesias. Atudo isto, junta-se ainda o aumento da participação, que a sondagem do ABC coloca em 1,3%, mais 600 mil eleitores.

Carisma e juventude

O ‘efeito Arrimadas’ parece, assim, ter-se estendido a toda a Espanha, rendida ao carisma da jovem política, nascida há 36 anos na cidade andalusa de Jerez de la Frontera e vista como uma ‘lufada de ar fresco’ na política espanhola. Inés Arrimadas trouxe, também, uma injeção de popularidade a um partido claramente situado ao centro do espectro político espanhol, uma mistura de social-democracia com liberalismo e que, apesar da sua génese catalã, se define como um partido para toda a Espanha e de cariz

européista, intenção claramente visível no seu lema: “A Catalunha é a minha pátria, a Espanha é o meu país, e a Europa é o nosso futuro.” A ascensão de Arrimadas marca, também, a libertação do Ciudadanos da dependência do seu líder: o partido já não é só Albert Rivera.

Advogada de formação, Inés Arrimadas García ingressou no Ciudadanos como militante em 2011, três anos depois de se ter mudado para Barcelona, para trabalhar na empresa de consultoria Daleph. Rapidamente se tornou porta-voz da juventude partidária do Ciudadanos. No ano seguinte, foi eleita para o parlamento catalão e assumiu, aos 31 anos, o cargo de porta-voz adjunta do grupo parlamentar dos ‘naranjas’, destacando-se rapidamente graças à sua intervenção política em sectores como o emprego, a igualdade ou a juventude.

O inevitável passo seguinte foi dado

em 2015, quando foi reeleita para o parlamento da Catalunha, obtendo um dos 25 lugares conquistados pelo seu partido nas eleições: tornou-se líder da oposição, embora renunciou-se aos privilégios da posição.

O seu estilo incisivo, feito de lógica e senso comum, conquistou as classes suburbanas hispano-catalãs, a tal minoria silenciosa pouco receptiva ao caótico ímpeto independentista de Puigdemont e companhia. “A Catalunha é diversa, a Catalunha é plural”, proclamou Inés Arrimadas, após a vitória, escassa, nas eleições de Dezembro, ao lado do líder Albert Rivera, rematando: “A maioria dos catalães mostrou que favorece a união. Que os secessionistas nunca voltem a falar por todos nós.”

O futuro de Arrimadas está, parajá, na Catalunha, mas parece cada vez mais certo que nasceu uma estrela para marcar a política em Espanha. **M**

 UNITEL

BIG
net



NET A
triplicar

 **UNITEL**

O próximo mais próximo.

EDITORIAL


Aylton Melo

Banca na nova realidade cambial

Há mais ou menos três anos que os bancos deixaram de conviver com um regime cambial flutuante com bandas. Mas a realidade do País era diferente no que diz respeito às Reservas Internacionais Líquidas, níveis de liquidez e quadro macroeconómico. Em todo o caso, o sector bancário foi um dos que menos se abalaram com a queda destes termos. Melhor, parece encarar a nova realidade como um processo natural de ajustes criteriosos e adaptações internas, inclusive, às novas políticas monetárias em curso. Mas o Banco Nacional de Angola (BNA) deverá dinamizar esta adaptação à luz do “novo normal” da actual realidade monetária. O BNA é chamado a reformular as regras de acesso aos leilões, sendo que, até agora, não reestruturou, ou pelo menos publicou um novo formato. Ainda não conseguiu cumprir com o anúncio de realizar duas sessões de leilão por semana. No que diz respeito às regras vigentes, são as desenhadas em 2015, num contexto completamente diferente. Com o sistema de vendas de divisas que foi implementado, a banca comercial pode agora dar maior atenção aos operadores económicos, principalmente os pequenos e médios negócios, que foram reduzidos a um estado vegetativo durante a vigência das alocações directas. Ainda que, por um lado, o Governo precisasse de proteger sectores considerados prioritários, as micro e pequenas empresas foram as mais prejudicadas. Muitas tiveram de paralisar a actividade por falta de divisas que eram essenciais para a importação de equipamentos e peças sobressalentes. Reconhece-se ainda que o actual mecanismo adoptado pelo BNA pode devolver aos bancos a capacidade de poderem atender melhor às necessidades dos seus clientes, porque são os bancos que têm o contacto directo com eles, e sabem melhor quais são as necessidades de cada um. Mas têm também a responsabilidade de fazerem a realocação justa das divisas que compram do banco central. Uma vez que a oferta de divisas está cada vez mais diminuta e a procura a acumular-se, perante este cenário crescente de escassez, a procura mais privilegiada já nos mostrou ser exímia a usar recursos ao seu alcance para contornar este dilema a seu favor. Ainda que o BNA esteja a determinar a finalidade das vendas das divisas, por exemplo, 50% e 60%, na primeira e segunda semana respectivamente, para importação de matéria-prima, peças e equipamentos fabril. Acontece que, no “novo normal” da realidade cambial angolana, o reflorescer da actividade económica não irá ocorrer por via do aumento do crédito, porque este será mais caro, com taxas de juros mais elevadas, associadas à depreciação acumulada do kwanza. Mas os bancos podem não repassar a totalidade da desvalorização para as taxas de juro. **M**

Upside



Estima-se que o crescimento real da produção aumente 3,6%, em 2017

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) prevê um crescimento de 4,1% para o continente africano, nota que a recuperação tem sido mais rápida nos países não dependentes dos recursos e defende o financiamento do desenvolvimento pela dívida.

“A recuperação do crescimento tem sido mais rápida do que o previsto, particularmente nas economias não dependentes de recursos, sublinhando a resistência de África”, lê-se no relatório *Perspectivas Económicas em África*, divulgado nesta semana em Abidjan, capital económica da Costa do Marfim.

“Estima-se que o crescimento real da produção tenha aumentado 3,6%, em 2017, face a um aumento de 2,2%, em 2016, e que registe uma aceleração de 4,1%, em 2018 e 2019”, acrescenta o documento, que considera que “a recuperação no crescimento pode assinalar um ponto de viragem nos países exportadores líquidos de produtos de base, nos quais a diminuição continuada dos preços das exportações fez diminuir as receitas e agravou os desequilíbrios macroeconómicos”.

A preocupação com o financiamento do crescimento e do desenvolvimento económico é uma constante ao longo das mais de 200 páginas do relatório, que inclui ainda uma análise dos principais aspectos económicos de cada país africano e uma versão em português.

“Com a redução significativa da ajuda pública externa ao desenvolvimento e um maior apetite pela dívida para o financiamento de infra-estruturas e sectores sociais, muitos governos africanos recorre-

ram aos mercados de capitais internacionais para satisfazer as necessidades de financiamento”, nota o documento.

O resultado, aponta, é uma “uma acumulação de dívida, grande parte em termos comerciais”, mas nem todos os países sofreram um aumento da dívida em função da criação de riqueza: “Apesar do aumento, os níveis da dívida da maioria dos países ainda não ultrapassou os indicadores de limiar tradicionais. Na realidade, diminuíram nove países africanos – por vezes mecanicamente, devido à mudança de base do produto interno bruto – e mantiveram-se estáveis outros”.

O BAD antevê um aumento das taxas de juro do dólar e um alargamento dos diferenciais das obrigações soberanas, o que aumenta o risco de cortes súbitos nos fluxos destes capitais privados.

“África necessita de mais financiamento para o desenvolvimento”, admite o BAD, mas alerta que “a acumulação de dívida deve ser consistente com as necessidades de desenvolvimento dos países e com as capacidades de cumprimento das obrigações dos empréstimos sem comprometer os fundamentos para o crescimento futuro”.

Assim, defendem os técnicos da instituição liderada por Akinwumi Adesina, “a dívida deve ser implementada em investimentos produtivos, que produzam fluxos de rendimento para o autofinanciamento e o crescimento da economia, de modo a criar a capacidade de uma maior mobilização de recursos internos”. **M**

